

Departamento de Sociologia

Projeto de um serviço de orientação e encaminhamento para a aprendizagem ao longo
da vida

Ana Filipa Guerra de Morais e Castro

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação e Sociedade

Orientadora

Doutora Patrícia Durães Ávila, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora

Doutora Maria do Carmo Matos Gomes, Investigadora Associada
CIES - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha extraordinária família, aos meus estimulantes amigos e aos colegas parceiros de Mestrado.

Depois, às instituições formativas com quem trabalhei no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades e aos adultos que acompanhei nessa experiência, na qual, entre outras coisas, aprendi que o investimento num percurso formativo pode, de facto, elevar a capacidade reflexiva, a vontade de melhorar, de evoluir e de exercer uma cidadania mais ativa e esclarecida.

Por último, um especial agradecimento às minhas orientadoras, Professora Doutora Patrícia Ávila e Doutora Maria do Carmo Gomes, e aos professores do Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE-IUL que, desde o primeiro momento, demonstraram a simplicidade que distingue os especialistas e o conhecimento que me guiou até à conclusão deste Trabalho de Projeto.

Projeto de um serviço de orientação e encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida

Resumo

O presente Trabalho de Projeto, pretende ser uma proposta, devidamente justificada, de constituição de um serviço de orientação e de encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida que apoie os adultos portugueses possuidores de menores qualificações no sentido da prossecução de um percurso formativo e qualificante.

Através da metodologia de projeto, ambiciona-se desenhar um serviço que permita adequar o encaminhamento para processos educativos e formativos às necessidades dos adultos, sobretudo direcionado para a expansão das suas reais potencialidades. A estratégia que fundamenta este projeto apoia-se, assim, na convicção de que a realização de parcerias e a mobilização da população adulta para a importância da aprendizagem ao longo da vida é essencial para todos os intervenientes, tentando dar um passo importante para o planeamento do que deve ser feito como evolução dos Centros Novas Oportunidades e colmatando uma necessidade que se sentiu no terreno e que foi também identificada nos estudos realizados acerca das dinâmicas de funcionamento desses centros.

Palavras-chave

Aprendizagem ao longo da vida, sociedade do conhecimento, desigualdades sociais, competências chave, Iniciativa Novas Oportunidades, orientação e encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida, Trabalho de Projeto.

Planning a guidance and orientation service in lifelong learning projects

Abstract

This Project Work is intended as a proposal, appropriately justified, for the establishment of a guidance and orientation service for lifelong learning aimed at supporting the Portuguese adults with low qualification to pursue a training course and become certified.

The project methodology should enable designing a service that allows the harmonization of educational and training guidance with the needs of adults, especially focussed on the expansion of their true potentials. The strategy underlying this project is based on the conviction that the establishment of partnerships and awareness creation among adults about of the importance of lifelong learning is essential for all stakeholders, thus trying to provide an important step forward for the planning of what needs to be done for the evolution of the New Opportunities Centres and filling a need felt in the fieldwork and identified in studies about the dynamics of functioning of these centres.

Keywords

Lifelong learning, knowledge society, social inequalities, key competencies, the New Opportunities Initiative, orientation and guidance for lifelong learning, Project Work.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROJETO: A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	3
1.1. A Aprendizagem ao longo da vida – Uma necessidade	3
1.2. A Aprendizagem ao longo da vida – Que Competências?	8
1.3. A Aprendizagem ao longo da vida – Uma nova desigualdade	10
CAPÍTULO 2. A INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES	15
2.1. Orientação e Encaminhamento de adultos nos Centros Novas Oportunidades ..	18
2.2. A Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades - pontos de partida ...	22
2.3. Os novos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e o encaminhamento para ações de educação e formação – pistas para o futuro	25
CAPÍTULO 3. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO DE UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E DE ENCAMINHAMENTO PARA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	27
3.1. Precedências do Projeto – diagnóstico da situação	29
CAPÍTULO 4. SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA. DAS HERANÇAS AOS DESENVOLVIMENTOS	31
4.1. Os objetivos do projeto	34
4.2. Metodologia, definição da estratégia e integração dos objetivos	36
4.3. Identificação e integração dos atores no projeto	38
4.4. Modos de apropriação do projeto: ações primordiais	40
4.5. Visão – das ameaças às oportunidades	45
4.6. Recursos do projeto	47
CAPÍTULO 5. PLANO DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROJETO	49
CAPÍTULO 6. CONCLUSÃO	51
CAPÍTULO 7. BIBLIOGRAFIA	53
Anexo. CV	

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

FIGURA 1.1 – Participação em ALV, Educação Formal e Não Formal, por nível de escolaridade (%)	12
FIGURA 2.1 – Fluxograma das Etapas de Intervenção dos Centros Novas Oportunidades (CNO)	19
FIGURA 2.2 – Metodologia de Diagnóstico e de Encaminhamento realizada nos Centros Novas Oportunidades	20
FIGURA 2.3 – Principais conclusões da avaliação externa realizada à INO	23
FIGURA 4.1 – Identificação e integração dos atores no Serviço de Orientação e Encaminhamento para ALV	39
FIGURA 4.2 – Compromisso de ação do Serviço de Orientação e Encaminhamento para ALV	41
FIGURA 4.3 – Etapas do Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV	43
FIGURA 4.4 – Fluxograma do percurso do adulto no Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV	44
FIGURA 4.5 – Análise SWOT	46

Quadros

QUADRO 1.2 – Participação em ALV, educação formal e não formal da população com idade entre os 18 e 64 anos, por escalão etário, 2007-2011 (%)	13
QUADRO 2.3 – Encaminhamentos dos CNO para modalidades de qualificação segundo o ano de encaminhamento, por tipo de modalidade	21

INTRODUÇÃO

Portugal tem um enorme défice no que diz respeito aos níveis de qualificação da sua população ativa. As suas consequências são nefastas tanto para o percurso individual de cada indivíduo, nomeadamente quanto às oportunidades a que não tem acesso, como para o desenvolvimento do país como um todo.

Pretende-se com este projeto contribuir para a elaboração de um serviço de orientação e acompanhamento que apoie os adultos menos favorecidos, em termos de competências de literacia, na realização de um percurso qualificante.

Para o efeito, estruturámos o Projeto da seguinte forma: uma primeira parte onde se dá conta da fundamentação do mesmo, demonstrando a importância que o desenvolvimento educativo assume nas sociedades atuais assumindo-se como uma nova desigualdade; uma segunda parte, onde partimos da análise da Iniciativa Novas Oportunidades, nomeadamente, da orientação e encaminhamento de adultos que era realizada nos Centros Novas Oportunidades e identificamos o que consideramos ser os pontos a melhorar; e, para finalizar, a terceira parte, na qual o projeto de um serviço de orientação e encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida é concretizado.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROJETO - A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Neste capítulo pretendemos demonstrar a importância que o saber e a aprendizagem assumem na atualidade, na denominada sociedade do conhecimento, caracterizada por uma crescente complexidade e diversificação, consequência da necessidade de formação permanente para lidar de forma eficiente com os desafios do quotidiano. Os constantes progressos que se vêm verificando exigem, por parte dos sujeitos, sólidas competências de base e atualizações periódicas que lhes permitam enfrentar, tanto as exigências, como as oportunidades que o mundo contemporâneo proporciona.

De forma a aprofundar esta problemática, estruturamos o capítulo em três pontos, um primeiro onde se pretende demonstrar a centralidade da aprendizagem ao longo da vida (ALV) enquanto recurso fundamental a uma inserção social plena; um segundo ponto, onde são explanadas as competências essenciais que devem fazer parte do perfil de recursos de um adulto e um terceiro ponto, conclusivo deste enquadramento teórico, onde as desigualdades face à ALV são analisadas, nomeadamente entre os sujeitos que possuem menores qualificações escolares e competências de literacia mais reduzidas, logo um maior alheamento face às possibilidades que os processos educativos e formativos lhes poderiam proporcionar, e os que detêm qualificações mais elevadas e procuram autonomamente a atualização e o desenvolvimento das suas competências e conhecimentos.

1.1. A Aprendizagem ao Longo da Vida – uma necessidade...

“Aprender ao longo da vida torna-se uma condição imprescindível para enfrentar as crescentes exigências e também as potencialidades, ou oportunidades, das sociedades actuais.” (Ávila, 2008: 235)

Para este trabalho definimos o conceito de *Aprendizagem ao Longo da Vida*, de acordo com a linha teórica da União Europeia proposta no *Memorando de Aprendizagem ao*

Longo da Vida como “*toda e qualquer actividade de aprendizagem com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências*” (CE, 2000: 3) e complementamo-la com a descrição presente no *Inquérito à Educação e Formação de Adultos* que, de uma forma mais específica, a enquadra nas atividades da educação formal ou não formal que o indivíduo empreende no decorrer do seu percurso de vida (INE, 2012).

Uma das denominações imputadas às sociedades atuais é de *Sociedades do Conhecimento* e partiu de Nico Stehr (1994), devido à constatação de que o conhecimento científico se encontra presente em todas as esferas da vida. Segundo o autor, nestas sociedades tem vindo a desenvolver-se um tipo de conhecimento específico designado por “*conhecimento para a acção*” (Stehr, 1994: 95). Esta verificação encerra em si uma contradição, por um lado, os sujeitos estão mais aptos a decidir quais as melhores opções para as suas vidas aumentando, assim, a sua capacidade de agir, através da reflexividade, por outro lado, no que se refere às estruturas organizativas isto traduz-se numa fragilidade, pois quanto maior a autonomia dos sujeitos maior a dificuldade de planeamento por parte dessas mesmas organizações.

Quando acrescentamos a esta antinomia, as dificuldades dos sujeitos que não estão tão capacitados para agir de forma devidamente informada, o problema toma ainda maiores proporções, ou seja, temos, por um lado, os indivíduos que, de uma forma autónoma, podem tomar decisões fundamentadas para as suas vidas, nomeadamente quanto às suas necessidades formativas e, por outro, aqueles detentores de menores recursos e que têm, portanto, maiores dificuldades em concretizar, de forma independente, um percurso qualificante ao longo da vida.

Como a aquisição e o desenvolvimento das competências de reflexividade não se distribuem equitativamente por todos os indivíduos e, partindo do pressuposto de que essas competências reflexivas permitem uma busca mais autónoma de novas condições sociais de existência e que estão intimamente relacionadas com os níveis de escolaridade alcançados e com os tipos de competências que se puderam desenvolver, então é legítimo afirmar-se que a ALV se assume como um recurso fundamental no percurso de cada sujeito.

Nesta mesma linha, o investigador J. Ferreira de Almeida (2003), retomando Scott Lash, enquadra-nos naquilo que considera serem as sociedades de *modernidade tardia*,

onde as condições sociais de existência, os constrangimentos e as oportunidades, bem como, o poder motivado pela própria aprendizagem dependem, em grande medida, da capacidade de reflexividade do sujeito sobre os seus comportamentos: “*a agência reflecte sobre si própria*”, o que poderá, ou não, conduzir a novas condições de existência consideradas necessárias e motivadas por esse acréscimo de reflexividade capacitante e autonomizador na procura de novas competências e de novos saberes (Lash, 2000 em Almeida, 2003).

Para melhor compreensão do tema da ALV e da sua centralidade na sociedade contemporânea é fundamental o recurso ao conceito de *literacia*, entendida enquanto competência base para a aquisição de novas aprendizagens. Segundo Patrícia Ávila as competências de literacia são contínuas “*não dicotómicas*”, “*dinâmicas*” dependem diretamente das práticas desenvolvidas ou não pelos sujeitos, e são “*multidimensionais*” (Ávila, 2007: 26); quer isto dizer que não dependem apenas do nível de escolaridade que se alcançou, mas também da capacidade de se continuar a aprender ao longo da vida e em todos os seus contextos. Neste pressuposto, assistiríamos idealmente ao pleno desenvolvimento da “*multiaprendizagem*” (Costa, 2003: 191).

O conceito de *literacia* traduz a capacidade de os indivíduos utilizarem nas suas vidas as competências básicas de leitura, de escrita e de cálculo para o processamento de informação escrita contida em diferentes suportes (Benavente et al, 1995; Costa e Ávila, 1998; Gomes, 2005). Constitui-se, portanto, como um “*factor de integração, de adaptação, de evolução, de possibilidade da ALV e conduz-nos, por isso, à inserção socioprofissional, ao acesso à cultura, ao conhecimento e à comunicação, permitindo agir, ou não, de uma forma autónoma nas sociedades actuais*” (Ávila, 2008: 237).

Para o sociólogo Mariano Enguita (2001) passámos de sociedades onde a mudança ocorria segundo processos *intergeracionais*, onde a escola cumpria plenamente a sua função de educar para a vida, para um outro tipo de estrutura social, imprevisível e complexa, onde as transformações ocorrem de forma *intrageneracional* e onde a escola já não representa um valor vitalício pois, a necessidade de continuidade de aquisição de competências, nos mais variados contextos de atuação é constante, as competências adquirem-se, transformam-se e podem até perder-se. Podemos dizer que à escola reporta-se presentemente a responsabilidade de nos ensinar a “*aprender a aprender*” ao longo da vida, enquanto provedora das competências de base (Enguita, 2001: 21).

Relembramos aqui Philippe Perrenoud, com uma citação da sua obra: *Porquê Construir Competências a partir da Escola?* – onde o ensino é apontado como um “*pré-requisito à aquisição de outros saberes (...) fonte de ancoragem identitária e cultural; saber fazer intelectual; elemento para fazer funcionar situações de aprendizagem; recursos ao serviço das competências*” (Perrenoud, 2003: 13).

O sociólogo António Firmino da Costa (2003) considera que nas atuais sociedades se reclamam e oferecem também novas capacidades “*em vez de uma concepção rigidamente segmentada quanto aos percursos de vida, em que numa fase se aprenderia e noutra se aplicaria esse saber, tornam-se do maior interesse, analítico e interventivo, os processos continuados (...) tanto de aquisição como de perda de competências, tanto de consolidação de competências de base como de desenvolvimento, a partir destas, de novas competências*” (Costa, 2003: 184).

Numa perspetiva analítica, estes processos continuados de aquisição (e de perda) de competências, ou seja, de ALV em contextos formais, não formais e informais permitem que, do ponto de vista das práticas sociais, estas competências se possam *transpor, generalizar, actualizar* (Costa, 2003: 188). Estes processos são denominados por Costa, em termos do seu impacto, como uma espécie de “*revolução copernicana (...) o centro de gravidade da problemática desloca-se dos diplomas obtidos, e correspondente estatuto social, para as competências em uso social efectivo, e respectivos processos de desenvolvimento e accionamento, na sua dupla vertente cognitiva e social*” (Costa, 2003: 183).

Importa neste ponto clarificar os referidos conceitos de *aprendizagem formal, aprendizagem não formal e informal*, enquanto elementos da ALV que permitem consolidar e desenvolver competências e conhecimentos desde os contextos mais formais e institucionais até aos informais da prática social quotidiana.

A *Aprendizagem Formal* pode ser definida como a formação ministrada em instituições de educação ou formação, onde se realiza uma aprendizagem organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados e se constitui numa sucessão hierárquica de educação e formação na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores. Geralmente, inicia-se entre os 5 anos e os 7 anos de idade e resulta numa qualificação reconhecida pelo sistema de educação (INE, 2012).

A *Aprendizagem Não Formal* pode abranger pessoas de todas as idades e decorre normalmente em estruturas institucionais, que podem ser de ensino ou não, devendo conferir um certificado de frequência de curso e pode abranger áreas tão diversas como aptidões sociais, habilidades profissionais específicas e cultura geral (Idem).

Por último, a *Aprendizagem Informal* que acontece nas atividades da vida quotidiana, relacionadas com o trabalho, a família ou o lazer, não sendo por isso estruturada, nem em termos de objetivos, nem de duração, nem de recursos, mas podendo ser intencional, contudo, na maior parte dos casos, tem um carácter fortuito, aleatório e não conduz a uma certificação (Comissão Europeia, 2001).

John Field (2006) sobre estes processos de desenvolvimento de competências que nos permitem uma vivência mais completa nas sociedades contemporâneas, argumenta que é necessário dotar os indivíduos dos recursos essenciais para que possam efetuar as suas escolhas: “*training – so that individuals can acquire the skills and knowledge required for them to make active responsibility for their own well-being*” (Rosanvallon, 1995 em Field, 2006: 123). De facto, não há lugar no mercado de trabalho para quem não detenha determinadas competências, “*one of the most marked features of recent changes in the labour market is a steady fall since the early 1980s in the number of jobs open to people without qualifications or experience*” (Field, 2006: 115). Retomando a conceção de Castells (1998) do novo *fourth world*, que exclui aqueles que não detêm a capacidade de se requalificar e adequar, considerados, por isso, prescindíveis para o *turbocapitalismo* do século XXI (Field, 2006: 118).

Nesta conjuntura de novas e mais competências que se afiguram como inevitáveis à generalidade dos indivíduos ao longo de toda a sua vida, a ALV não significa apenas qualificação, empregabilidade, profissionalização, mas um sem número de capacidades e competências, tais como, o empreendedorismo, a criação de valor, a inovação, a criatividade, a ousadia, entre outros, que têm conhecido um valor crescente mas que, devido às suas especificidades, não têm muita visibilidade do ponto de vista estatístico ou quantitativo, sendo, por isso, difíceis de promover e de monitorar, mas que se assumem como fundamentais para que se possa considerar um sujeito socialmente inserido e com capacidade de se requalificar.

1.2. A Aprendizagem ao Longo da Vida – Que Competências?

Neste ponto, pretende-se organizar, de uma forma necessariamente breve, algumas das contribuições mais relevantes para a sistematização das *competências* consideradas fundamentais para a plena integração social do indivíduo na sociedade do conhecimento.

Convém, começar por chamar à atenção para a importância da definição do próprio conceito de *competência* “*antecipando o perigo de em vez de se difundirem novos significados conceptuais*” e se acabe apenas por, “*sob novas palavras, se reconduzirem velhas noções*” (Costa, 2003: 179). António Firmino da Costa apresenta-nos, nesse sentido, as competências-chave, competências fundamentais, competências transversais, competências essenciais, como conceitos que “*remetem para uma mesma ordem de questões*” (Costa, 2003: 180).

Uma das questões de partida de António Firmino da Costa é a seguinte: “*(...) que competências são essas que surgem como cada vez mais indispensáveis à empregabilidade e ao exercício da cidadania, ao acesso à cultura e ao desenvolvimento de novas aprendizagens?*” (Costa, 2003: 180). Num registo teórico de grande generalidade e tendo por base o projeto *Definition and Selection of Competencies: Theoretical and Conceptual Foundations* (DeSeCo), o autor propõe o que poderiam ser consideradas as competências chave, tendencialmente transversais e classifica-as como *competências operatórias* (literacia), *competências auto-orientadoras* (direitos e deveres) e *competências relacionais* (tolerância, cooperação e gestão) (Costa, 2003: 188).

Outro autor que também procede à enunciação das competências requeridas para a necessária autonomia do indivíduo na sociedade atual é Philippe Perrenoud, que, embora considere que “*não existe (...) definição consensual do conceito de competência (...) cada campo do saber é igualmente um campo de força, com conflitos, dominações, ortodoxias, hierarquias, exclusões, evoluções, mudanças de paradigma e, até mesmo, revoluções copérnicas*” (Perrenoud, 2003: 10-11), elaborou a seguinte tipologia de competências: “*capacidade de agir, defender direitos e interesses, autonomia, avaliar recursos, limites e necessidades, trabalhar individualmente, ou em*

grupo, desenvolver estratégias, sistematizar informação, cooperar, tolerar, liderar e gerir conflitos e reflectir” (Perrenoud, 2003: 76-99).

A Comissão Europeia, por seu lado, em 2006, publicou um documento intitulado *Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida* onde enuncia as seguintes oito competências chave que considera essenciais para uma ALV, “*comunicação na língua materna e numa língua estrangeira, literacia matemática e competências básicas em ciência e tecnologia, competências em tecnologias de informação, aprender a aprender, competências interpessoais e cívicas, empreendedorismo e sensibilidade cultural*” (Comissão Europeia, 2006).

Podemos ainda acrescentar, uma outra investigação do Institute for Prospective Technological Studies (IPTS) realizada em 2010, citada por Roberto Carneiro (2011) onde são indicadas as principais tendências e vias para o fenómeno da aprendizagem ao longo da vida:

- Auto responsabilização de cada adulto pelas suas próprias qualificações;
- Frequência crescente de formações fora do âmbito profissional;
- Necessidade de alterar o perfil de competências ao longo do percurso profissional;
- Valorização das competências adquiridas em contextos não formais e informais segundo o mesmo critério das competências formais;
- Recurso à formação dos pouco qualificados de forma a aumentarem as suas qualificações e empregabilidade (Carneiro, 2011: 74-75).

De uma forma geral, as sistematizações apresentadas neste ponto, resumem uma série de aptidões que poderão provocar transformações nos seres humanos de forma a capacitá-los a agir de uma forma diferente. Torna-se, portanto, evidente que a disseminação da ciência e da tecnologia através de uma sociedade do conhecimento conduz continuamente à aprendizagem, tendo em vista uma inserção social plena e o consequente aproveitamento das oportunidades e vantagens do tempo em que vivemos, onde se consegue aprender em todos os contextos de vida e onde as referidas competências-chave, fundamentais, transversais, essenciais se afiguram como indispensáveis à empregabilidade, à cidadania e ao desejado desenvolvimento de novas aprendizagens.

1.3. A Aprendizagem ao longo da vida – Uma nova desigualdade

Na primeira parte deste capítulo tentou-se compreender a relevância da ALV, no que ela representa enquanto requisito a uma inserção social plena na sociedade do conhecimento, dando conta das competências que, segundo os estudiosos destas matérias, são fundamentais do ponto de vista da sua utilização nos vários contextos de existência, privado, profissional, social. Neste ponto que agora se inicia, pretende-se analisar as desigualdades entre os indivíduos quanto à participação e ao acesso à ALV, nomeadamente e como veremos para os adultos mais desfavorecidos em termos de competências de base, logo com mais dificuldades na aquisição, atualização ou desenvolvimento de novas competências comparativamente aos indivíduos que conseguiram alcançar níveis de escolaridade mais elevados e que têm, por isso, potencialmente uma maior capacidade de requalificação.

As análises sociológicas têm consistentemente vindo a sublinhar a importância do conhecimento como um dos fatores estruturantes das sociedades atuais, designadamente no consenso demonstrado relativamente à importância da educação e da aprendizagem enquanto processos continuados ao longo da vida. Todavia, o que se verifica é que os indivíduos, que mais necessitariam de investir nesses processos educativos e formativos, ou seja, aqueles que são detentores de menores recursos escolares e de competências de literacia, são os que se encontram mais alheados dos universos de aquisição de competências, enfrentando, por isso, diversas dificuldades a vários níveis, desde o processamento das competências quotidianas, ao acesso a determinadas posições na estrutura social, até à elaboração do seu projeto individual e ao ajustamento com a formação mais relevante em cada fase do seu percurso de vida.

“A problemática da aprendizagem, ou da educação, ao longo da vida atravessa não só as diferentes faixas etárias, como também as diferentes categorias sociais. Nesta perspectiva, qualquer indivíduo, seja qual for a sua idade, o seu nível de qualificação escolar, ou a sua situação socioprofissional, pode ser confrontado, em qualquer momento, com a necessidade de desenvolver novos conhecimentos e competências.” (Ávila, 2008: 238). O que nos leva às características distintivas de como são, hoje, entendidos os processos de aquisição de competências *lifelong* e *lifewide*,

respetivamente, ao longo da vida e nos seus diferentes contextos, como já vimos do mais formal ao mais informal.

Patrícia Ávila cita Peter Jarvis para relembrar um aspeto muito importante, no que concerne à desigualdade face a estas questões da ALV, “*a participação em acções de educação e formação não pode ser interpretada meramente como uma questão de motivação, ou de intenção, por parte dos sujeitos, uma vez que é algo que está relacionado com a sua posição no sistema social e no ciclo de vida. Os menos escolarizados, os que se situam nas posições mais desfavorecidas da hierarquia social, e também os mais velhos, são, em qualquer país, os que mais se encontram afastados dos processos de aprendizagem na idade adulta.*” (Jarvis, 1992 em Ávila, 2008: 255).

Os motivos apresentados por P. Jarvis (1992 em Ávila, 2008: 255) e que poderão contribuir para explicar esse fenómeno de afastamento de alguns dos processos de aprendizagem na idade adulta são vários, desde logo fatores *situacionais* (impedimentos pessoais e profissionais), *institucionais* (oferta e divulgação existentes) e *disposicionais* (ligados às motivações pessoais para a frequência de ações de educação e formação), e são, eles próprios, perpetuadores da desigualdade social e muitas vezes impeditivos da mobilidade social que a educação pode proporcionar.

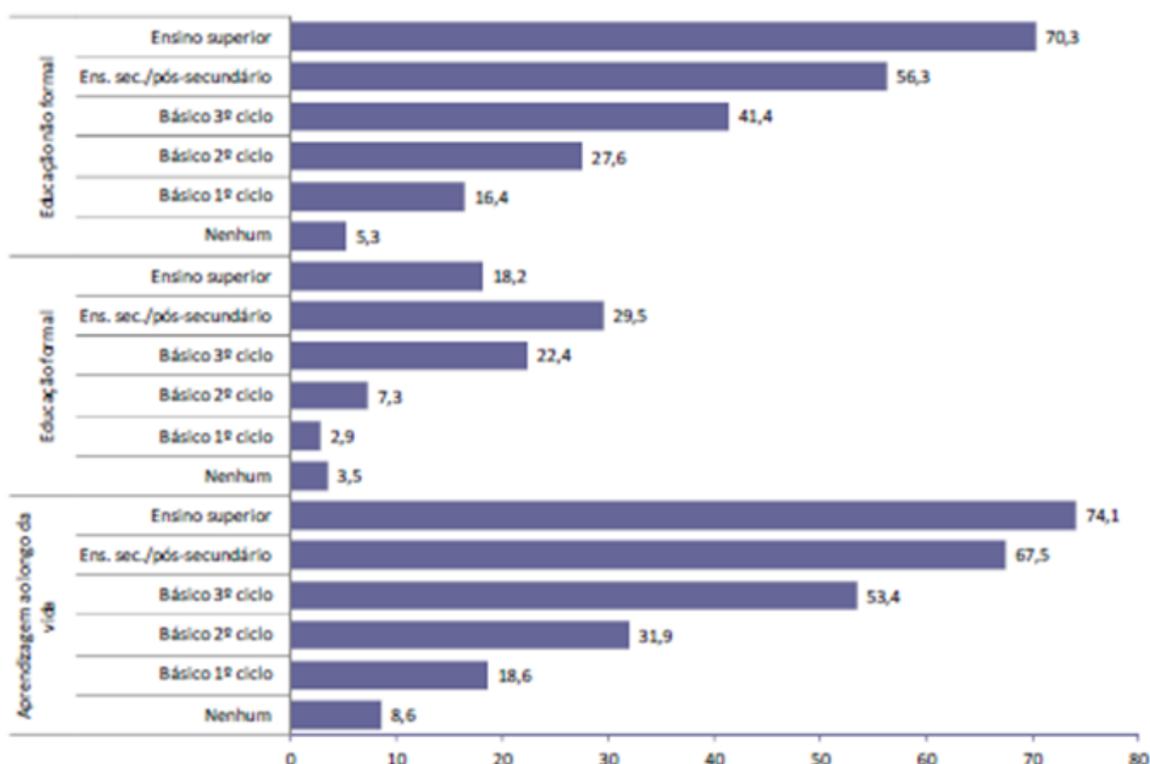
Neste âmbito, onde aqueles que já acumularam um certo patamar de conhecimentos e competências tendem, pelos fatores já enunciados, a progredir mais nesse domínio, a situação portuguesa afigura-se deficitária e bastante necessitada de medidas que promovam o acesso dos adultos menos escolarizados ao universo da escola e das aprendizagens. Desta forma, poder-se-ia debelar os tais fatores *institucionais*, *situacionais* e *disposicionais* explicitados por Peter Jarvis, como um meio de reduzir as desigualdades sociais que, como vimos, tendem a acentuar-se nestes processos, nomeadamente entre aqueles que fazem da ALV uma realidade e os que estão mais alheados dos universos educativos e formativos.

Apesar de, sensivelmente na última década, a aprendizagem ao longo da vida fazer parte das agendas políticas, tanto europeias, como nacionais, - tendo como intenção a orientação de políticas que promovam que todos os indivíduos possam, ao longo das suas vidas, continuar a investir no seu percurso formativo, desenvolvendo os seus saberes e competências, por razões diversas, que vão desde a melhoria da empregabilidade desses indivíduos, até ao incremento da competitividade das empresas,

ou até mesmo visando um melhor usufruto da cidadania - não podemos assumir que todos os indivíduos o irão fazer da mesma forma, pois enquanto uns, os mais escolarizados, entram naquilo a que se chama a espiral da formação, os outros, os que mais necessitariam, os menos escolarizados, não o fazem com tanta regularidade.

Conforme se pode ler na seguinte Figura 1.1, que sistematiza os resultados do *Inquérito à Educação e Formação de Adultos*, realizado em 2011 (INE, 2012), a participação em ALV (educação formal e não formal) varia na razão direta da escolaridade, fenómeno que faz aumentar as desigualdades existentes entre os adultos que apostaram na sua formação e aqueles que não o fizeram. Ou seja, aproximadamente três quartos (74,1%) da população com ensino superior participaram em ALV em 2011, o que compara com 8,6% da população que não tem qualquer nível de escolaridade completo.

FIGURA 1.1 – Participação em ALV, Educação Formal e Não Formal, por nível de escolaridade (%)



Fonte: INE, 2012.

Importa contudo destacar o aumento que se tem verificado no nosso país relativamente à frequência de ações de ALV, nomeadamente entre os anos 2007 e 2011. Na Figura 1.1 podemos ver que a participação em atividades de ALV da população portuguesa com idade entre 18 e 64 anos passou de 30,9% para 48,8% no período 2007-2011. Este aumento, embora visível em todos os escalões de idade, foi particularmente notório no grupo dos 35 aos 44 anos, que passou de 28,5% em 2007 para 52,2% em 2011 (INE, 2012).

Da leitura do seguinte Quadro 1.2, vemos que entre 2007 e 2011, a participação em atividades de educação formal e não formal aumentou em todos os grupos etários naquele período, sobretudo na população mais jovem, dos 18 aos 24 anos (11 p.p. na educação formal e 26,8 p.p. na educação não formal), mas também na população com idade entre os 35 e os 44 anos (6,4 p.p. e 21,7 p.p., respetivamente).

QUADRO 1.2 – Participação em ALV, educação formal e não formal da população com idade entre os 18 e 64 anos, por escalão etário, 2007-2011 (%)

	Aprendizagem ao longo da vida (educação formal ou não formal)		Educação formal		Educação não formal	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011
TOTAL (18-64 anos)	30,9	48,8	12,0	16,6	23,1	41,5
18-24 anos	60,8	79,3	49,1	60,1	27,4	54,2
25-34 anos	40,2	59,8	13,8	17,7	31,8	52,9
35-44 anos	28,5	52,2	6,4	12,8	24,7	46,4
45-54 anos	22,0	41,4	3,1	8,0	20,0	37,1
55-64 anos	10,8	22,0	1,2	3,0	10,1	20,2

Fonte: INE, 2012.

O ano de 2007 marcou o arranque da Iniciativa Novas Oportunidades que, conforme se pode ver no Quadro 1.2, teve um efeito impulsionador na percentagem de adultos a frequentar ações de ALV. Este assunto irá ser tratado com maior detalhe no capítulo seguinte, no ponto que irá explicitar a função de Orientação e de Encaminhamento de Adultos nos Centros Novas Oportunidades.

Segundo Maria do Carmo Gomes, “*Portugal ocupa o 8º lugar, na percentagem de pessoas entre os 25 e os 64 anos a participarem em atividades de aprendizagem ao longo da vida, o problema é o ponto de partida muito deficitário em que nos situamos comparativamente à maioria dos outros países da Europa*” (Gomes, 2012: 238). Ou seja, o impulso que tem sido dado nos últimos anos à educação e formação de adultos no nosso país é bastante positivo, residindo o problema no nível médio de escolaridade da nossa população, que se encontra ainda bem distante dos restantes países da UE27, conforme veremos no capítulo seguinte.

No contexto das chamadas sociedades do conhecimento ou da aprendizagem, o facto da população menos escolarizada estar mais afastada dos processos de aprendizagem formal ou não formal, conduz inevitavelmente ao acentuar das desigualdades sociais, uma vez que os mais escolarizados não deixam de progredir na melhoria das suas qualificações e competências. Este raciocínio aplica-se aos indivíduos, mas poderia também aplicar-se aos diferentes países ou regiões do mundo.

CAPÍTULO 2. A INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

“Em Portugal, a criação do Sistema Nacional de Qualificações e a intervenção programática da Iniciativa Novas Oportunidades podem ser entendidos, por um lado, como impulsionadores da qualificação de adultos e, por outro, recetores de um contexto económico adverso, no qual as pessoas viram como fator relevante para a sua inserção profissional e inclusão social, a elevação dos níveis de qualificação. Se as políticas públicas tentaram dar resposta a um dos mais graves problemas estruturais da sociedade portuguesa – as baixas qualificações da maioria da população adulta – as pessoas, por seu turno, começaram a entender os processos de qualificação e de aquisição de competências, como fundamentais para a plena integração na sociedade e economia contemporâneas, baseadas na informação, no conhecimento e na inovação. Trata-se de uma relação virtuosa que importa estimular de modo permanente.”
(Gomes, 2012: 185).

Tendo em vista a redução das desigualdades dos níveis de educação entre Portugal e os demais países da UE27, a Iniciativa Novas Oportunidades, assumiu-se como um plano de ação de políticas públicas que pretendeu elevar o nível de qualificação da população portuguesa, através da generalização do nível secundário como patamar mínimo de escolaridade.

Segundo os dados do Eurostat (2012), no grupo etário 25-64 anos apenas 35% da população portuguesa tem pelo menos o nível secundário de escolaridade, enquanto no resto da UE27 esse número atinge os 73,4% (CNE, 2012). Contudo, é justo chamar à atenção para o aumento verificado em Portugal desde 2007, altura em que esse valor se situava nos 28,2% e na UE27 nos 70,7%, ou seja, registou-se um aumento percentual de 7,5 p.p., enquanto na UE esse aumento foi de 3,4 pontos percentuais, ou seja, duas vezes superior.

Este incremento nas taxas de escolarização dos portugueses deve-se à ênfase que tem sido dada ao sistema educativo e formativo, nomeadamente no reforço dos currículos alternativos, na expansão dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, nos 2º, 3º Ciclos e Nível Secundário, no alargamento da oferta dos Cursos Profissionais de Nível Secundário nas escolas públicas e, mais recentemente, com a difusão do programa Novas Oportunidades com o objetivo de aumentar a qualificação geral da população.

A Iniciativa Novas Oportunidades foi tutelada pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), criada em 2007, em cooperação com o Instituto de Emprego e

Formação Profissional (IEFP), os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, com o objetivo de desenvolver um trabalho de orientação, parceria e partilha de responsabilidades de acordo com as visões e missões de cada organismo. À ANQ estava atribuído um papel central, nomeadamente na gestão da rede nacional de Centros Novas Oportunidades (CNO) – autorizando a sua criação, regulando as condições do seu funcionamento e procedendo à sua permanente avaliação e acompanhamento.

Os CNO desempenharam uma função nuclear na qualificação dos adultos, competindo-lhes o encaminhamento para ofertas de educação ou de formação e o desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida dos sujeitos.

O Reconhecimento de competências é *“um processo de reconhecimento pessoal das competências previamente adquiridas, através do desenvolvimento de um conjunto de actividades, assentes numa lógica de balanço de competências e histórias de vida, que proporcionam ao adulto ocasiões de exploração, identificação e avaliação dos saberes e competências adquiridas ao longo da sua vida”* (Leitão, 2002).

A meta essencial da INO era a qualificação de 1 milhão de ativos até 2010, 650 mil através de processos de RVC e 350 mil através de cursos de educação e formação de adultos e outras modalidades de qualificação. Eram 3.500.000 os portugueses que não tinham o ensino secundário completo entre a população ativa (16-65 anos) em 2007 (ANQ, 2009).

A recente adesão em massa¹ à INO, através da inscrição num CNO foi demonstrativa da necessidade de se proporcionar a continuidade de medidas que sejam impulsionadoras da ALV em Portugal, nomeadamente para aqueles que detêm os menores níveis de qualificação e que, autonomamente, têm mais resistência e dificuldade em procurar formação (Gomes, 2012). Como vimos, em Jarvis (1992) o afastamento dos processos de aprendizagem na vida adulta não podem ser interpretados apenas como uma questão de motivação ou de intenção, mas também numa perspectiva institucional, relativamente à adequação da oferta e divulgação existentes no que concerne à educação e formação

¹ Mais de 1.5 milhão de adultos recorreu a um CNO, 309.752 adultos obtiveram uma certificação de Nível Básico e 113.223 de Nível Secundário de escolaridade (Carneiro, 2011).

de adultos, como forma de não perpetuar as desigualdades sociais e aproximar os que ocupam as posições mais desfavorecidas na estrutura social aos contextos educativos e formativos.

A inscrição num CNO, no decorrer da INO, representava a *porta de entrada* para a educação e formação de adultos. Segundo Maria do Carmo Gomes (2012) era efetuada em maior proporção por quem já tinha concluído previamente algum nível de escolaridade; a relação encontrada entre níveis de escolaridade atingidos e a inscrição para novos percursos de qualificação na idade adulta é de proporcionalidade direta entre elas – quanto mais elevado o nível de escolaridade atingido, mais pessoas se inscrevem para novos percursos de qualificação.

Assim, conforme esclarecemos no capítulo anterior, verifica-se que o público que mais assiduamente procura e desenvolve ações de educação e formação ao longo da vida, continua a ser aquele que tem à partida mais competências e formação de base, já detentor de maiores níveis de qualificação e que, por isso, tende a beneficiar de mais “oportunidades” de ALV (Ávila, 2008: 240).

A INO teve, sem dúvida, o mérito de criar oportunidades de qualificação a um conjunto muito significativo de indivíduos detentores de baixas qualificações, os quais de outro modo continuariam afastados dos universos de transmissão de saberes e aquisição de competências, como são os contextos da qualificação de adultos. “*As políticas públicas de qualificação de adultos como as que se desenvolveram na primeira década do século XXI, em Portugal, tentaram estimular o acesso das pessoas com mais baixas qualificações a percursos de educação e formação na idade adulta, de modo a tentar contrariar o persistente desfasamento do padrão qualificacional da população ativa*” (Gomes, 2012: 217).

Temos, por isso, do maior interesse interventivo os que detêm menores qualificações e enfrentam maiores dificuldades em concretizar um percurso qualificante ao longo das suas vidas. Estes necessitam, tanto de medidas de apoio às suas jornadas de aprendizagem, como de programas como a INO que reconheçam formalmente as competências adquiridas em contextos não formais e informais aos adultos que, embora não tenham frequentado percursos formais de qualificação, desenvolveram ao longo das suas vidas competências nos mais variados contextos, desde o percurso profissional que

traçaram até à vida do dia a dia, das práticas de lazer ao contacto com várias instituições.

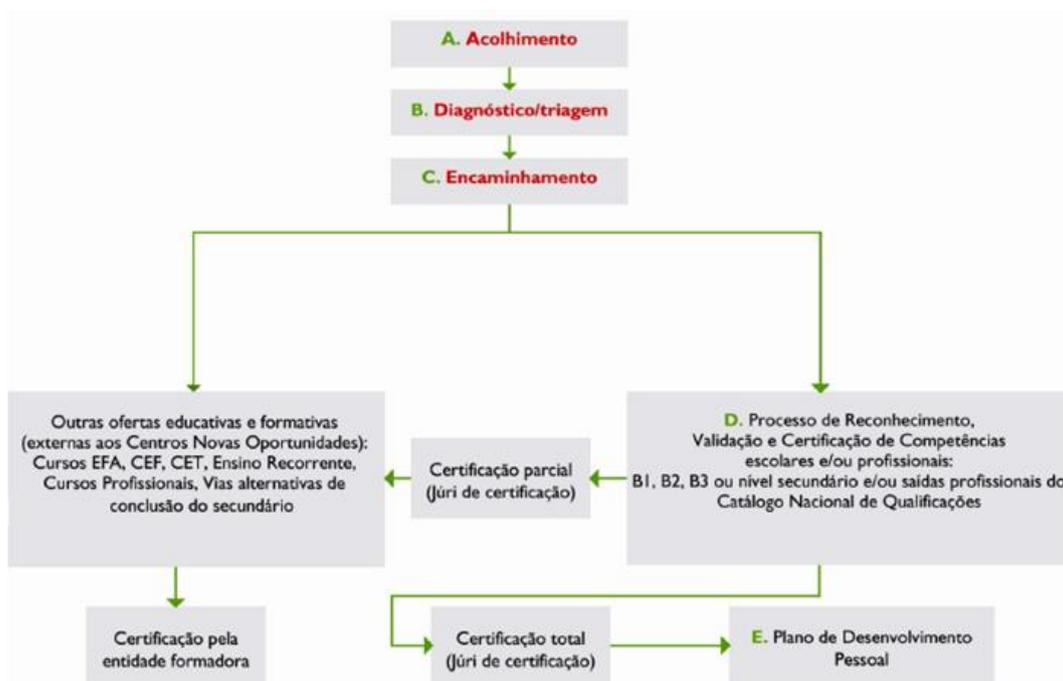
2.1. Orientação e Encaminhamento de adultos nos Centros Novas Oportunidades

Uma das funções nucleares dos CNO consistiu na Orientação e Encaminhamento dos adultos para o percurso educativo e formativo mais adequado. No documento *Metodologia de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento de adultos, Centros Novas Oportunidades* elaborado pela Agência Nacional para a Qualificação, essa dimensão da atividade dos centros é justificada da seguinte forma “(...) visto o desconhecimento, por parte de alguns adultos, das diferentes oportunidades de qualificação, bem como a visão restrita que muitos têm de si próprios, requer o apoio necessário à clarificação das suas expectativas e o aprofundamento do conhecimento de si próprio e do mundo, bem como das alternativas de qualificação existentes, tendo em vista uma escolha adequada e realista do percurso de qualificação a seguir” (Almeida et al, 2008: 102).

Conforme podemos visualizar no fluxograma seguinte, a passagem de um adulto por um CNO processava-se através de um conjunto de etapas de intervenção que tinham como objetivo assegurar aos adultos a) o seu acolhimento; b) o diagnóstico que permitia clarificar as suas necessidades, interesses e expectativas e c) o seu encaminhamento, que direcionava o adulto para a resposta educativa ou formativa mais adequada em função do diagnóstico realizado, consubstanciado num documento denominado de PPQ (Plano Pessoal de Qualificação) (Gomes e Simões, 2007).

Segundo a Carta da Qualidade dos CNO, e da leitura do Fluxograma seguinte, é visível que após a realização do percurso formativo para o qual o adulto fora encaminhado à partida, ou após a realização das Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações (<http://www.catalogo.anqep.gov.pt/>) como forma de completar o ciclo de estudos a que se propunha, já não se prevê o regresso ao CNO, terminando assim o seu acompanhamento.

FIGURA 2.1 – Fluxograma das Etapas de Intervenção dos CNO



Fonte: Carta da Qualidade dos Centros Novas Oportunidades (Gomes e Simões, 2007)

Depois da passagem pelo processo RVC, chamamos a atenção para a *Etapa E* do anterior fluxograma, onde após o Júri de Certificação se elaborava para cada adulto um Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP) que deveria ser concretizado mais autonomamente. Este aspeto é de fundamental relevância no presente projeto, pelo que será retomado no Capítulo 4 - *das heranças aos desenvolvimentos* - onde defenderemos a intenção de transformar, o que nos CNO se consubstanciava numa última etapa de intervenção, num serviço de temporalidade alargada a que o adulto é encorajado a recorrer, repetidas vezes ao longo da vida, tendo em vista o estabelecimento de uma jornada educativa e formativa.

De uma forma mais detalhada, a metodologia de diagnóstico e de encaminhamento que se realizava nos CNO era a seguinte:

FIGURA 2.2 – Metodologia de Diagnóstico e de Encaminhamento realizada nos CNO

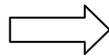
ETAPAS	PASSOS	ACTORES
A - ACOLHIMENTO	<p>Passo 1 – Inscrição do adulto no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO)</p> <p>Passo 2 – Dinamização de sessão em grupo (Sessão A), a qual integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação geral sobre o Centro Novas Oportunidades • Informação geral sobre as ofertas de qualificação • Calendarização das sessões seguintes 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico/a Administrativo • Técnico/a de Diagnóstico e Encaminhamento • Adultos
B - DIAGNÓSTICO	<p>Passo 3 – Dinamização de sessão em pequeno grupo (Sessão B1), a qual integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da situação específica do adulto (motivações, competências, percursos escolar, formativo e profissional, actividades de tempos livres) <p>Passo 4 – Dinamização de sessão individual (Sessão B2), a qual integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clarificação da situação específica do adulto face à inscrição no Centro, das suas características pessoais e contextos de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico/a de Diagnóstico e Encaminhamento • Adultos
C - ENCAMINHAMENTO	<p>Passo 5 – Análise da informação individual recolhida e preparação de propostas de encaminhamento</p> <p>Passo 6 – Dinamização de sessão individual (Sessão C1), a qual integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão da <i>Grelha de Análise do Perfil</i> • Reflexão sobre percursos possíveis (propostas de encaminhamento) <p>Passo 7 – Dinamização de sessão individual (Sessão C2), a qual integra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Negociação • Tomada de decisão • Formalização da decisão <p>Passo 8 – Concretização do encaminhamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico/a de Diagnóstico e Encaminhamento • Adultos • Profissional RVC

Fonte: Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento de Adultos (Almeida et al, 2008)

Conforme podemos ver no Fluxograma das Etapas de Intervenção dos CNO (Figura 2.1), após o Acolhimento, o Diagnóstico / Triagem, seguia-se a fase do Encaminhamento que tanto poderia ser para um processo de RVC, como para percursos formativos de aquisição de competências, pois os adultos poderiam não ter o perfil desejado para a realização de um processo de reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida ou poderiam ter necessidade de o complementar com ações formativas. Analisemos então no Quadro 2 as diferentes modalidades de

encaminhamento que foram realizadas através da Metodologia de Diagnóstico e de Encaminhamento nos CNO.

QUADRO 2.3 – Encaminhamentos dos CNO para modalidades de qualificação segundo o ano de encaminhamento, por tipo de modalidade



Tipo de oferta formativa	2007		2008		2009		2010	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Curso Profissional	238	2,8	482	0,7	446	0,7	346	0,5
Ensino Recorrente	435	5,2	732	1,1	598	1,0	325	0,5
Educação Extraescolar	126	1,5	199	0,3	163	0,3	0	0,0
Curso de Educação e Formação	286	3,4	456	0,7	666	1,1	661	1,0
Curso EFA	6 275	75,0	47 370	73,5	39 240	63,0	40 996	61,6
V. Conc. Sec. – Exame	65	0,8	2 200	3,4	1 842	3,0	1 161	1,7
V. Conc. Sec. – UFCD	371	4,4	10 783	16,7	12 210	19,6	7 555	11,4
V. Conc. Sec. – S/ disc. em falta	0	0,0	30	0,0	297	0,5	291	0,4
Sistema de Aprendizagem	54	0,6	469	0,7	1 257	2,0	1 467	2,2
Curso de Especialização Tecn.	18	0,2	34	0,1	57	0,1	301	0,5
Formação Modular Certificada	13	0,2	226	0,4	3 938	6,3	10 579	15,9
Outra oferta formativa	484	5,8	1 503	2,3	1 590	2,6	2 833	4,3
Total	8 365	100	64 484	100	62 304	100	66 515	100

Fonte: SIGO. Dados provisórios de 31 de janeiro de 2011

Fonte: Gomes, 2012: 189.

Os dados mostram que entre 2007 e 2010 foram encaminhados para diferentes modalidades de qualificação, após a inscrição e o diagnóstico num CNO, cerca de 200 mil candidatos que não reuniam as condições para realizar um processo de RVC. Os resultados do trabalho de aconselhamento e orientação estão refletidos no Quadro 2.3, a partir do ano 2008, onde se encaminhou em função dos perfis individuais, devido à criação da categoria profissional de Técnico de Diagnóstico e de Encaminhamento (TDE) que passou a integrar a equipa técnico pedagógica dos CNO, em conjunto com os Profissionais de RVC e os Formadores de cada área-chave.

Chamamos a atenção para o aumento significativo verificado a partir de 2008 no encaminhamento para Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). Passou-se de 6275 para 47370 adultos encaminhados, tanto devido à intervenção da já referida figura do TDE, como pelo trabalho em rede proporcionado pela ligação entre os Referenciais de Competência-Chave do RVC e dos cursos de Educação e Formação o que permitiu

melhorar a complementaridade entre os dois percursos - o reconhecimento de adquiridos e a prossecução de um percurso formativo para conclusão dos correspondentes níveis de escolaridade.

2.2. A Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades – pontos de partida

“No plano estratégico, e num horizonte de médio prazo, a INO encerra um potencial precioso e de inigualável riqueza conceptual para inspirar a estruturação de um sistema de Aprendizagem ao Longo da Vida susceptível de colocar Portugal na dianteira dos demais países europeus e da OCDE, que normalmente lhe servem de benchmark.” (Roberto Carneiro, 2011: 82).

Algumas das principais conclusões da Avaliação Externa realizada à INO (Carneiro, 2009) são de fundamental pertinência para o presente projeto, pois indicam-nos três aspetos essenciais: a aproximação dos adultos portugueses aos contextos formativos; a melhoria da sua auto estima; e a motivação para aprender. Este último aspeto - a disposição para continuar a investir no percurso formativo - é de especial relevância para este projeto pois, conforme ficou patente no Enquadramento Teórico, o público das Novas Oportunidades, detentor de menores qualificações, não era o que por tradição mais assiduamente avançaria para um percurso qualificante (Ávila, 2008; Gomes, 2012). Por outro lado, vai ao encontro das tendências identificadas por Carneiro (2011) de os adultos menos qualificados aspirarem à realização de formação para aumentarem as suas qualificações e empregabilidade.

Embora estatisticamente não se consiga aferir qual o caminho tomado pelos adultos após a passagem pela INO, no estudo coordenado por Carneiro afirma-se que *“é consistentemente reforçado, tanto pelos adultos, como pelas equipas no terreno, que a motivação para continuar a investir em atividades de aprendizagem é grande”* (Carneiro, 2011: 170).

Podemos assim afirmar que os encaminhamentos realizados necessitam de ser continuados, para se poder concretizar o desiderato de uma ALV, enquanto processo.

Uma das questões levantadas por Ana Cláudia Valente no trabalho de investigação sobre a INO foi justamente se “*os indivíduos estão (ou não) motivados para mais aprendizagem?*” (Carneiro, 2011). A intenção de o fazer, demonstrada pelos adultos, surge devido aos ganhos que puderam obter através dos seus percursos formativos na INO, tais como, melhorias na literacia, nas competências informáticas e na capacidade de aprender a aprender, proficiências que promovem consideravelmente as possibilidades de uma aprendizagem ao longo da vida e que devem, por isso, ser aproveitadas como estratégias para a mesma (Carneiro, 2011).

Segundo os resultados do referido estudo, coordenado por Roberto Carneiro (2011), existem na INO avanços e desafios. Tentámos na Figura 3 enunciá-los e utilizá-los como pontos de partida para o presente projeto.

FIGURA 2.3 – Principais conclusões da avaliação externa realizada à INO

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO REALIZADA À INO	
Avanços	Desafios
Valorização social da ALV	<i>Necessidade de monitorizar os percursos formativos dos adultos encaminhados para outras ofertas educativas</i>
Valorização da Educação de Adultos	<i>Cooperação incipiente entre os CNO e entidades educativas e formativas no mesmo território</i>
Reconciliação dos adultos pouco escolarizados com percursos de educação e formação	Instabilidade das equipas técnico-pedagógicas
Envolvimento de instituições públicas e privadas na INO	Necessidade de assegurar a sua credibilidade e sustentabilidade
Aumento da procura de qualificações por parte de jovens e adultos	Monitorização da qualidade dos processos de trabalho
Articulação entre processos RVC e ofertas educativas e formativas	Necessidade de continuidade das políticas educativas independentemente das mudanças políticas, como forma de apelo final da avaliação
Melhoria dos níveis de qualificação dos portugueses	

Fonte: Carneiro, 2011.

Para além da anteriormente referida motivação para continuar a investir na ALV dos adultos que passaram pela INO e conseqüente valorização social da educação de adultos, enquanto *Avanços* da INO, realçam-se da análise da Figura 2.3, dois *Desafios* que estão ligados aos objetivos do presente projeto. Um primeiro que foca a necessidade de se monitorizar os percursos dos adultos após a sua passagem por um CNO, claramente ligada à urgência de apoiar as suas jornadas de aprendizagem e, um segundo *Desafio* que aponta para a fraca tradição do trabalho em rede e do repto que é *necessário* enfrentar no sentido da dinamização das redes e das parcerias entre as entidades que trabalhem, por exemplo, na mesma região, aspeto fundamental para que se possa delinear o melhor percurso formativo para cada sujeito. Estes indicadores evidenciados no estudo irão ser retomados e desenvolvidos no capítulo seguinte do presente projeto - Fundamentação do Projeto.

Um outro fator que deve ser tido também em conta e que é explicitado no referido estudo, em forma de apelo, aponta para a necessidade da continuidade das políticas educativas cruciais para o desenvolvimento estratégico da educação e formação, o que não se coaduna com alterações avulsas na estrutura e organização do sistema, nomeadamente na educação e formação de adultos. Pois, os efeitos das políticas educativas são obtidos a longo prazo, em termos dos seus resultados, e requerem evidentemente uma visão global dos fins a atingir.

A verdade é que esta dialética não foi respeitada, pois a INO terminou em dezembro de 2012 e os CNO, extintos em março de 2013, serão substituídos, ainda sem data prevista, pelos designados Centros para a Qualificação e Ensino Profissional, reformulando e diminuindo assim a rede de centros existentes no território nacional (Portaria nº 135 – A/2013 de 28 de Março).

Há de facto uma descoincidência entre as conclusões de organismos internacionais e de vários trabalhos de investigação que enaltecem a importância da educação de adultos, que assumem múltiplas formas e estratégias de implementação para o desenvolvimento económico e social do país, e a real valorização que se tem dado a este setor do sistema educativo. Ora, Portugal encontrava-se, no conjunto de países europeus, como tendo um *nível elevado* de desenvolvimento dos seus Sistemas de Validação de Competências, agrupado com a França, a Finlândia e a Noruega, o que significa que o sistema de reconhecimento de competências estava bem implementado no terreno, a funcionar e em expansão, sendo mesmo uma referência a nível internacional (CEDEFOP, 2010a).

2.3. Os novos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e o Encaminhamento para ações de educação e formação – pistas para o futuro

Através da análise da Portaria que regula a criação dos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) que irão substituir os CNO, tentaremos em seguida sistematizar, o que se está a planear fazer, especificamente e de acordo com o propósito deste trabalho, quanto à orientação e encaminhamento dos adultos para a aprendizagem ao longo da vida.

Um dos objetivos enunciados na Portaria (Portaria nº 135 – A/2013 de 28 de Março) é a pretensão da prestação de um serviço de qualidade, no domínio da orientação de jovens e adultos, com enfoque na informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação, que promova a escolha *realista* e que atenda, entre outros fatores, aos perfis individuais, à diversidade de percursos quanto ao prosseguimento de estudos ou às necessidades presentes e prospetivas do mercado de emprego.

Este serviço será assegurado por um Técnico de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC) que acumulará as funções de Técnico de Diagnóstico e de Encaminhamento e de Profissional de RVC, anteriormente existentes nos CNO.

Na fase de acolhimento nos CQEP proceder-se-á à inscrição de jovens e de adultos e ao esclarecimento para a Fase do Diagnóstico que consiste na análise do perfil do jovem ou do adulto, designadamente através de sessões de esclarecimento, análise curricular, avaliação do respetivo percurso de vida e experiência profissional, ponderação das suas motivações, necessidades e expetativas, aplicação de testes de diagnóstico, realização de entrevistas individuais e coletivas ou com recursos a outras estratégias adequadas, consoante se trate de um jovem ou adulto, tendo em vista a identificação das respostas de educação e ou formação que melhor se ajustam a cada perfil (Portaria nº 135 – A/2013 de 28 de Março).

A previsão aponta, portanto, para a realização de um encaminhamento semelhante ao que se realizava nos CNO, sendo que agora o mesmo será realizado também para jovens com mais de 16 anos de idade e pelo mesmo técnico de orientação e encaminhamento que acumula com a função de Profissional de RVC.

CAPÍTULO 3. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO DE UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

“As oportunidades oferecidas pelos novos recursos do conhecimento e da aprendizagem, característicos das sociedades actuais, num contexto de incessante inovação e progresso, e que permitem uma utilização, por parte dos indivíduos, mais autónoma e flexível, tenderão a beneficiar os que melhor conseguem tirar partido destas novas condições de acesso ao conhecimento, mas também alvejando novos utilizadores desses recursos de conhecimento.” (INE, 2009: 39)

Após os capítulos iniciais deste projeto, onde se fundamentou, por um lado, a importância da ALV na sociedade do conhecimento, tendo em vista uma apropriação dos saberes e competências chave essenciais a uma inserção social plena, tanto em termos pessoais, como profissionais, como um meio de promover uma sociedade mais equitativa, e, por outro lado, se demonstrou, a forma como a INO, enquanto política pública, permitiu elevar o nível de qualificação dos portugueses, aproximando-se daqueles que estavam mais afastados dos universos de aquisição de conhecimentos, tentando reduzir assim as desigualdades que se fazem sentir a esse nível, passamos para um capítulo onde aprofundamos as bases de onde partimos para o desenvolvimento do presente projeto, explicitando as motivos da sua necessidade, os seus objetivos e as lacunas que pretende assim colmatar.

A proposta de um *Serviço de Orientação e Encaminhamento para Aprendizagem ao Longo da Vida* - surge como a *“expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a manifestação de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder”* (Guerra, 2010: 126). Ambiciona-se contribuir para estimular a *“relação virtuosa”* (Gomes, 2012) entre a oportunidade dos adultos poderem investir na sua qualificação e a vontade de o fazerem, proporcionando uma resposta àqueles que, por terem menores qualificações e uma visão mais restrita de si próprios, precisam de orientação e apoio para o desenvolvimento de um projeto individual de educação e/ou formação, devido à já supramencionada dificuldade que lhes é inerente em concretizarem um percurso qualificante ao longo das suas vidas.

Este projeto surgiu, por um lado, de uma necessidade percecionada no terreno, através da minha experiência profissional (enquanto formadora em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) num Centro Novas Oportunidades e como Mediadora e Formadora em Cursos de Educação e Formação de Adultos e em Cursos de Aprendizagem (Jovens)) de repensar e alargar o modo de concretizar a orientação e encaminhamento de adultos para processos de ALV. Por outro lado, emergiu também devido à perceção da centralidade da aprendizagem ao longo da vida na sociedade atual, nomeadamente para a concretização de diretrizes europeias² que veem recomendando que os “sistemas” de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), a nível nacional, devem ser objeto de medidas dedicadas ao apoio das “*jornadas de aprendizagem*” dos adultos portugueses (UNESCO, 2011), nomeadamente para aqueles que não têm sido os utilizadores mais assíduos dos recursos do conhecimento.

Por Orientação ao Longo da Vida entendemos “*um conjunto de actividades que permitem aos cidadãos de todas as idades e em qualquer momento da vida identificar as suas capacidades, competências e interesses, tomar decisões em matéria de educação, formação e ocupação, e gerir o seu percurso individual no ensino, trabalho e outras situações em que estas capacidades e competências são adquiridas e/ou utilizadas*” (CEDEFOP, 2006: 12).

Assim, tentamos colmatar alguns dos desafios enunciados em Carneiro (2011), decorrentes da Avaliação Externa da INO: *necessidade de se monitorizar os percursos formativos dos adultos encaminhados para outras ofertas educativas; e indispensabilidade de dinamizar a cooperação entre os CNO e as entidades educativas e formativas no mesmo território.*

Mais concretamente, na forma de acompanhar e orientar ao longo da vida e na dinamização das parcerias necessárias entre os organismos competentes para o efeito pretendido, ou seja, mais do que monitorizar consideramos necessário um acompanhamento e orientação para esse percurso formativo decorrente da indispensável cooperação, articulação entre as diferentes estruturas de inserção.

² Podemos destacar a este respeito a “Estratégia de Lisboa”, no ano 2000, e a matriz aí definida da “economia baseada no conhecimento” (Azevedo, 2007: 41); o Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego: os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI e o Livro Branco intitulado Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva.

3.1. Precedências do Projeto – diagnóstico da situação

Da leitura do Fluxograma dos Eixos estruturantes do processo RVCC podemos visualmente concluir que ele terminava na certificação, momento identificado nas análises à INO, como uma ocasião onde os adultos sentiam uma grande motivação para a continuidade de processos de aprendizagem (Ávila, 2008; Carneiro, 2011); acontecendo, de certa forma, a *reconciliação com a escola* e com a aprendizagem. Foi exatamente do contacto direto, por via da minha experiência profissional, com muitos desses adultos e da identificação desse fenómeno que surgiu a percepção da necessidade deste projeto. Ou seja, percebeu-se que seria importante aproveitar essa motivação renovada, proporcionando um serviço de orientação e encaminhamento, pós-certificação, para a continuidade de processos de educação e formação a que se possa recorrer ao longo da vida, ou seja, sempre que haja necessidade de seguimento de percursos educativos, formativos, através de um projeto personalizado.

Nesta perspetiva, o presente projeto *Serviço de Orientação e Encaminhamento para Educação e Formação ao Longo da Vida* tem como meta contribuir para o desenho de um serviço de orientação e encaminhamento de maior continuidade, que possibilite e apoie o desenvolvimento das competências que se reconheçam como necessárias à prossecução do projeto individual formativo de cada adulto, com especial incidência nos menos qualificados.

A ideia inicial para este Trabalho de Projeto tinha sido equacionada numa outra conjuntura. Funcionaria como uma resposta aos CNO que foram recentemente extintos (Portaria nº 135-A/2013, de 28 de março), e o seu público-alvo seriam os adultos que terminassem, nestes centros, um processo de RVC (Reconhecimento e Validação de Competências). Agora, decorrente da extinção destes centros e alguma incerteza relativamente ao que se adotará como medidas impulsionadoras da educação e formação de adultos, o público-alvo serão os adultos que tenham como objetivo a atualização ou melhoria das suas competências, com a perspetiva de, assim, fazerem dos processos de aprendizagem, atividades às quais se devem / podem dedicar continuamente, e em todos os contextos de vida.

Nesse sentido, planejamos um serviço que possa apoiar os indivíduos nas suas necessidades de organização para ações de educação e formação. Foi desenhado um serviço de orientação, de encaminhamento e de acompanhamento que concretize esse objetivo, promovendo o desenvolvimento de competências e a dinamização da ALV junto dos adultos que pretendam reforçar e atualizar as suas aptidões, numa perspectiva de *empowerment* (capacitação).

CAPÍTULO 4. SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: DAS HERANÇAS AOS DESENVOLVIMENTOS

“The creation of a Learning Society in Portugal cannot be dissociated from a generational effort to definitively overcome the gap that separates us from the European countries that serve as reference points within the next 20 years. (...) Even with optimistic assumptions (...) this ambition would continuously require around 500000 people undergo training each year and the allocation of financing – public, private or mixed – estimated at the equivalent of 10% of the Ministry of Education’s total current budget.” (Carneiro, 2011: 53)

A visão de fundo que sustenta este projeto defende que a orientação e o encaminhamento para a ALV deve ser proporcionada através de um serviço que a impulse positivamente e ao qual se possa recorrer sempre que haja necessidade. Se pudéssemos equiparar esse serviço a qualquer outro existente em termos de equipamentos sociais no nosso país, poderíamos eleger para o efeito o modelo de um Centro de Saúde, enquanto nó no sistema de saúde distribuidor de utentes para as diferentes especialidades. No nosso caso, possibilitando uma orientação que pode, por um lado, desafiar as potencialidades do aprendente e, por outro, debelar as suas fragilidades, servindo de base ao desenvolvimento da sua formação, promovendo, desta forma, a gestão da aprendizagem ao longo da vida.

Neste projeto o conceito de encaminhamento é herdado da terminologia utilizada nos CNO: *“proporcionar ao adulto informação que permita direccioná-lo para a resposta de qualificação que lhe seja mais adequada, podendo compreender o encaminhamento para o desenvolvimento de percursos de educação e formação (...) sendo realizado em função da análise das características do adulto, do respectivo percurso de educação e formação e das experiências de vida, motivações, necessidades e expectativas identificadas no diagnóstico”* (Almeida et al, 2008).

Ao longo das suas vidas, os indivíduos passam por várias transições no que se refere às suas qualificações e ocupações: desde o nível básico ao superior, da educação à formação profissional, da educação ao emprego, de um emprego para outro, de emprego para desemprego, do emprego para a reforma. A orientação e o aconselhamento

desempenham, assim, um papel fundamental no apoio à decisão, ressaltando a responsabilidade do indivíduo na criação e metas e estratégias de execução dos planos de carreira de sucesso (Milagre et al, 2011).

Os adultos pouco escolarizados geralmente sentem limitações na compreensão das suas próprias capacidades e acedem com relativa dificuldade à informação disponível acerca das ofertas de qualificação existentes, necessitando portanto da clarificação das suas expectativas e das possibilidades de qualificação e empregabilidade (Milagre et al, 2011).

Desta forma, numa perspetiva de continuidade, podemos contribuir para o cumprimento dos objetivos da *Estratégia Europa 2020*, que elege a ALV como uma oportunidade para os indivíduos melhorarem as suas competências (CNE, 2011), compreendendo que para se poderem cumprir os seus propósitos, é imprescindível uma orientação nesse sentido, tanto do ponto de vista da sua eficácia e utilidade para cada adulto, como na necessária seleção da diversidade das ofertas existentes que melhor correspondam às suas necessidades.

O projeto que se pretende implementar junto do público alvo tem como ponto de partida: um acordo entre o adulto e o Técnico de Orientação e Encaminhamento que o acompanha no seu reconhecimento autobiográfico e que apreendeu os seus conhecimentos, potencialidades, necessidades e intenções, tendo em vista o seu prosseguimento para outras ações de educação e formação. Este acordo deve formalizar-se num Plano de ALV, que tenha como principal preocupação a educação e a formação do adulto, numa perspetiva de capacitação para a realização do seu projeto individual. Este Plano é feito entre o adulto e o Técnico de Orientação e Encaminhamento que deve conhecer plenamente as ofertas de formação, que vão possibilitar ao candidato a recuperação, a complementaridade e o desenvolvimento das competências que se revelem substanciais numa perspetiva de ALV.

As atividades de aconselhamento são cruciais, contudo existe por vezes uma certa dificuldade em encontrar as ofertas de formação relevantes para o adulto na sua área de residência (Milagre et al, 2011) pelo que, um serviço que possa também organizar e conhecer profundamente as ofertas existentes é de fundamental importância, bem como, o reforço das parcerias entre os operadores locais para se poder ultrapassar estes obstáculos.

Neste processo de orientação para a aprendizagem ao longo da vida, tal como acontecia nos CNO, o sujeito “*assume um papel preponderante na definição do seu caminho de qualificação, quer por via da possibilidade de optar pelas diferentes modalidades disponíveis, quer pela adaptação permanente e flexível aos percursos desenvolvidos*” – ou seja, serviços *customizáveis* – face às reais necessidades de formação e desenvolvimento individual, sempre em articulação com uma equipa devidamente preparada para o efeito que vai mediando e apoiando o percurso a realizar (Gomes, 2012: 205-206).

Em suma, este projeto terá como finalidade propor um serviço de orientação e de encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida, partindo da *Orientação e Encaminhamento de adultos nos Centros Novas Oportunidades*, já explanada no Ponto 2.1. deste Projeto. Ou seja, far-se-á igualmente o Acolhimento, o Diagnóstico e o Encaminhamento de cada adulto através de um Plano Pessoal de Qualificação mas colmatando as seguintes necessidades:

- ✓ encaminhamento e orientação do público alvo (detentor de menores recursos de literacia) para os contextos da qualificação de adultos;
- ✓ encaminhamento em conformidade com as reais necessidades do adulto tendo em conta o seu percurso e projeto individual;
- ✓ monitorização dos percursos formativos após o encaminhamento;
- ✓ acompanhamento do projeto de educação e formação do adulto ao longo da vida, assumindo-se como um serviço onde se deve voltar em diferentes momentos para a necessária trajetória de aprendizagem;
- ✓ empreendimento de parcerias e redes locais e regionais de educação e formação, articulação com as instituições de apoio da população detentora de menores recursos escolares (Centros de Emprego, Gabinetes de Inserção Profissional) em conexão com as entidades educativas e formativas.

Assume-se, assim, que estamos perante uma realidade onde a responsabilidade de investimento em processos de ALV não pode ser encarada apenas numa perspetiva de responsabilidade individual. Retomando Jarvis (1992), não se pode justificar apenas

como sendo decorrente de *fatores disposicionais* individuais pois, a população portuguesa, comparativamente aos outros cidadãos europeus, tem níveis tão baixos de escolaridade, que dificultam o desenvolvimento da necessária reflexividade autonomizadora e capacitante para a procura de novas competências e de novos saberes. Justifica-se, assim, o serviço de acompanhamento dos percursos de aprendizagem essenciais à aquisição das competências chave, tanto para o pleno exercício da cidadania, para a fruição da liberdade, à produção de juízos independentes e ações autónomas, como à adaptação ao mundo económico e à integração socioprofissional.

Quer isto dizer que, uma intervenção neste campo da educação de adultos, como a que se pretende com este projeto, terá que se dedicar à necessidade de captação deste segmento da população que menos valoriza e reconhece a centralidade das questões da aprendizagem na idade adulta, podendo desta forma contribuir para a redução das desigualdades sociais que, a esse nível, se fazem sentir, tentando resgatar aqueles que segundo John Field (1994) estão a ficar para trás.

4.1. Os objetivos do Projeto

A necessidade de adaptação à mudança, reflexo do tempo em que vivemos, foi também uma imposição no decorrer da elaboração deste Trabalho de Projeto, que não pôde ser pensado independentemente das realidades socioeconómica e política da sociedade em que vivemos. Ora, devido à extinção dos CNO (Portaria nº 135/A, 28 de março), foi necessário reequacionar o projeto e dotá-lo de um novo ponto de partida, desta feita, em vez de o planeamento de um serviço de orientação e de encaminhamento para processos de educação e formação ter como ponto de partida o processo de reconhecimento de competências realizado nos CNO, como tinha sido inicialmente perspectivado, o mesmo foi delineado de forma a poder ser implementado em qualquer ponto de informação ou centro de formação que promova a educação e a formação de adultos ou que apoie as franjas mais desfavorecidas da população, bem como, caso seja possível, nos previstos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional.

Uma desvantagem, decorrente desta mudança, consequência da extinção dos CNO, é que não poderá assim alinhar-se a metodologia do reconhecimento de competências que

se herdaria de um processo de reconhecimento de competências com o sistema de ALV, o que maximizaria as suas potencialidades.

O objetivo geral é, assim, o planeamento de um modelo que dinamize e proporcione o acesso simples e especializado ao encaminhamento para processos de ALV, para os indivíduos que pretendam investir no desenvolvimento das suas competências. O que se ambiciona não é apenas ALV mas sobretudo uma orientação profícua para processos educativos e formativos ao longo da vida.

Então, partindo do objetivo geral – proporcionar um serviço de orientação e de encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida - é realista pretender alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Mobilizar os adultos para a aprendizagem ao longo da vida;
- Orientar os adultos para os processos de educação e formação que sejam mais adequados em cada fase da sua vida, atendendo quer as suas necessidades quer ao tipo de oferta existente;
- Acompanhar os adultos nas suas jornadas de aprendizagem, redesenhando e adaptando, sempre que necessário, os seus projetos de ALV.

Estes objetivos, mais vagos no início do acompanhamento, tenderão a uma maior focalização à medida que a intervenção decorrer, fruto de negociação intensa e permanente no terreno, ao nível da população implicada, dos decisores, dos técnicos.

Será necessário envolver todos os atores do projeto na discussão e procurar metodologias dinâmicas e ajustadas aos vários tipos de públicos e, sobretudo, não acreditar que a *batalha* se resume a fazer os outros aceitarem o nosso próprio ponto de vista. Aliás, é oportuno acrescentar que foi exatamente desta forma que, no terreno, se implementaram as dinâmicas de funcionamento dos CNO.

4.2. Metodologia, definição da estratégia e integração dos objetivos

O primeiro passo para o desenvolvimento deste projeto foi a revisão da bibliografia existente, nomeadamente investigações que tratassem do modelo organizacional e das dinâmicas de funcionamento dos CNO, bem como, dos estudos de avaliação realizados sobre a INO (Carneiro, 2009; Carneiro, 2011; Pires, 2005; Freire, 2009). Esta análise teve como principal propósito a averiguação das principais limitações e das potencialidades da INO, o que permitiu o (re)conhecimento da realidade em que se pretende intervir e a orientação para o seu desenvolvimento, nomeadamente no que se refere ao âmbito da orientação e encaminhamento para educação e formação de adultos no nosso país, mais concretamente nos CNO.

Partiu-se da experiência do trabalho teórico e prático com os adultos na INO, aprofundando o seu diagnóstico através dos estudos feitos sobre a INO, programa escolhido e privilegiado neste projeto porque, para além de ser uma experiência muito recente no nosso país é, em todos os estudos analisados, referenciado como um caso de sucesso, especificamente no que se refere à procura massiva por parte da população que, por tradição, tem maiores dificuldades em concretizar um percurso qualificante ao longo das suas vidas. Segundo Carneiro, a INO demonstrou um novo fenómeno social na sociedade portuguesa, ou seja, o aumento das qualificações, enquanto representação social para os adultos com menos anos de escolaridade, firmou-se como um meio de melhorarem a sua auto estima, as suas condições de vida, a própria empregabilidade, etc. (Carneiro, 2011).

Concomitantemente, seguiram-se também as orientações europeias que têm sido propostas neste sentido, nomeadamente através de diretiva “*Action Plan on Adult Learning, It is always a good time to learn*” (Comission of the European Communities, 2007) e do Comunicado de Bruges sobre o Reforço da Cooperação Europeia no Ensino e Formação Profissionais para o Período 2011-2020 (Comissão Europeia, 2010), visando um alinhamento com as orientações europeias no que se refere aos programas de promoção da EFA em Portugal.

Como forma de explorar os projetos mais recentes e relevantes, em termos de resultados, que têm sido construídos com o objetivo de incrementar a educação de

adultos em Portugal, apoiámo-nos igualmente no *Guião Going LLL (Lifelong Learning) - New Opportunities for Learning* (União Europeia, 2010).

Obviamente, como partimos de um projeto recente e que, segundo as avaliações estava a desenvolver-se conforme o planeado e a alcançar os resultados esperados, utilizamos e apropriamo-nos de muitos dos seus conceitos e metodologias, utilizando para tal os documentos criados pela ANQ: *Carta da Qualidade dos Centros Novas Oportunidades* (Gomes e Simões, 2007) e o *Guião Metodológico para o Diagnóstico e Encaminhamento* (Almeida et al, 2008).

Tendo em vista os objetivos primordiais, desenha-se um projeto de intervenção, através da metodologia de projeto, que expanda um dos propósitos da extinta INO - investimento em percursos de qualificação / aprendizagem ao longo da vida - criando, para o efeito, um Serviço de Orientação e Encaminhamento para processos de Educação e Formação ao Longo da Vida, como uma forma *customizada* de apoiar os adultos no desenvolvimento das suas reais potencialidades e necessidades formativas, visando uma perspetiva de continuidade.

No processo de planificação do projeto, as respostas aos questionamentos, sobre as alternativas possíveis nas formas de fazer, a sequência das etapas, os riscos potenciais das várias escolhas, não seguiram fórmulas. O que auxiliou foi, por um lado, os conhecimentos científicos adquiridos na revisão da bibliografia e nos estudos sobre a INO e a ALV nas sociedades atuais e das especificidades dos menos escolarizados nessas sociedades e, por outro, alguma sensibilidade e experiência adquirida no contacto diário com adultos em contextos formativos, no que se refere à identificação da problemática do projeto – necessidade de apoiar um percurso educativo, formativo para os adultos que procuram ou precisam de desenvolver as suas competências de uma forma personalizada e orientada.

Na primeira parte deste projeto de planeamento, já explanada nos Capítulos 1 e 2, identificámos o fenómeno social e a problemática sobre a qual pretendemos intervir: necessidade de apoio, orientação e encaminhamento aos adultos com menores qualificações para processos de educação e formação ao longo da vida, pois é consensual o reconhecimento social de que, para uma inserção plena nas sociedades contemporâneas do conhecimento e da aprendizagem é necessário adquirir e desenvolver competências, bem como, a sua atualização ao longo de todo o percurso de

vida. Não esquecendo que especial atenção tem que ser prestada aos menos qualificados que, de forma autónoma, não procuram um percurso qualificante como o fazem mais espontaneamente os melhor qualificados.

Posto isto, encaminhámo-nos para a segunda parte, à qual consagrámos o Ponto 3 – Fundamentação do Projeto – onde, através do diagnóstico da situação onde pretendemos intervir, demonstrámos a sua necessidade.

Segue-se agora um terceiro momento, dedicado ao desenho de um modelo que dinamize e proporcione o acesso simples e especializado à ALV, para os indivíduos que pretendam investir no desenvolvimento das suas competências. Assim, no Capítulo seguinte 4 esclarecemos as nossas estratégias, que se assumem como fundamentais para o sucesso do Projeto.

Na Etapa 4, consubstanciada no Capítulo 5, apresentar-se-á o plano de acompanhamento e será esboçado um modelo de avaliação do serviço de orientação e encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida.

Procura-se, desta forma, cumprir os objetivos deste projeto: a mobilização e a orientação dos adultos para processos de aprendizagem ao longo da vida, articulando as necessidades dos adultos com o desenvolvimento dos seus conhecimentos, aptidões e competências nas ações de educação e formação, sempre seguindo uma lógica de *fato à medida* e não de *pronto a vestir* no encaminhamento e acompanhamento das *jornadas* de aprendizagem.

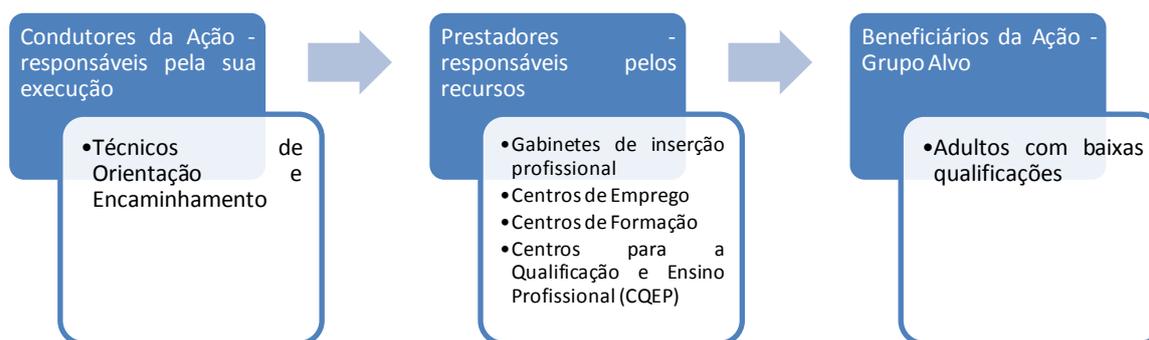
4.3. Identificação e integração dos atores no projeto

A integração dos atores no projeto é fundamental ao sucesso do mesmo. Na Figura 4.1 identificamos quais são esses atores e a forma como se poderão posicionar para o funcionamento do projeto.

Assim, e de acordo com Isabel Guerra, “*devem ser utilizadas metodologias que, numa primeira fase, permitam a todos os interessados exprimirem as suas posições e*

propostas, de forma a conseguir os consensos necessários para que todos se sintam implicados no projecto” (Guerra, 2010: 165).

FIGURA 4.1 – Identificação e integração dos atores no Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV



Conforme podemos visualizar na Figura 4.1, o Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV tem como *condutores e responsáveis da ação* os Técnicos de Orientação e de Encaminhamento. Estes desenvolverão as suas funções nos postos de informação, formação, ou seja, Gabinetes de Inserção Profissional, Centros de Emprego, Centros de Formação e previsivelmente nos CQEP. Estes locais são eleitos como os *responsáveis pelo acionamento dos recursos - os prestadores* - e a eles deverão recorrer os *beneficiários da ação*, ou seja, os adultos que pretendem aceder a uma orientação e encaminhamento numa perspetiva de continuidade e acompanhamento do percurso de qualificação que aceitem realizar.

Para a concretização dos objetivos deste Serviço é fundamental a criação de parcerias com os agentes educativos e formativos da região em que se implemente, tendo em vista a realização de um encaminhamento dos adultos de acordo, tanto com as necessidades dos próprios, como com as ofertas que estejam disponíveis, não esquecendo que, no final da formação, o adulto deverá ser reencaminhado para o Serviço de Orientação e Encaminhamento para que a monitorização do percurso seja efetuada e para que se reajustem as alterações.

Assim, a divulgação do projeto poderá ser feita nos pontos de informação / formação através da sensibilização dos adultos para o facto de a aprendizagem constituir uma atividade contínua a que deverão dedicar-se regularmente, em especial em períodos de desemprego ou de mudança de carreira, numa lógica de melhor conhecimento de si próprio e capacitação ajustada às suas necessidades, gostos e expetativas. A estratégia será a divulgação do serviço no próprio local, ou seja nas estruturas de inserção a que frequentemente os adultos possuidores de menores qualificações se deslocam. Nestes locais onde os sujeitos que procuram formação, tanto através dos Gabinetes de Inserção Profissional, como Centros de Emprego, como pelos centros de formação é a oportunidade ideal para a utilização do nosso serviço como um meio que possa possibilitar a orientação e encaminhamento de acordo com as suas reais necessidades de formação do público-alvo, o que facilitará igualmente esta vertente destas estruturas de inserção.

No que se refere às parcerias que será necessário empreender far-se-á igualmente a propagação do serviço através de encontros onde serão demonstrados os objetivos do serviço, bem como, as mais valias proporcionadas por um trabalho em rede, entre outras, a dinamização da formação e o aumento do público.

4.4. Modos de apropriação do projeto: ações primordiais

Muito importante para o desenvolvimento deste projeto será a realização de um trabalho em parceria, em rede com todos os parceiros envolvidos na educação e formação de adultos, onde o Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV se constitui enquanto um nó na rede de parcerias. *“A experiência dos CNO bem sucedidos demonstra que uma das variáveis chave foi a sua capacidade de criar valor articulando-se com as comunidades em que se inserem”* (Comissão Europeia, 2010). Sendo que desta feita, o projeto pretende articular-se com as várias estruturas de inserção existentes na região correspondente, como forma de colmatar um dos desafios encontrados em Carneiro (2011), ou seja, as parcerias tinham muitas vezes uma lógica de concorrência e não a complementaridade desejada.

A divulgação constitui, assim, uma dimensão fundamental do projeto. Para que este tipo de apoio possa ser uma realidade para os adultos que dele necessitam é necessário torná-lo visível aos destinatários de forma compreensível e atrativa. Para o efeito a difusão do serviço deverá ser feita junto dos adultos e dos parceiros, de duas formas diferentes. Para os primeiros, através da sensibilização para o facto de um correto diagnóstico e clarificação de expetativas poderá proporcionar um encaminhamento de acordo com as reais necessidades formativas individuais, em especial em períodos de desemprego ou de mudança de carreira, proporcionando, assim, um melhor reconhecimento de si próprio e, para os segundos, demonstrando as vantagens para todos os parceiros, nomeadamente para os centros de formação, em receberem formandos motivados e com o perfil desejado para cada saída formativa que ofereçam, pois quanto maior for a utilidade encontrada na ação de formação que o adulto esteja a concretizar, maior será a sua motivação para a concluir com sucesso e para a poder aplicar positivamente na sua vida.

Contamos, por isso, com a implementação das seguintes ações expressas na Figura 4.2.

FIGURA 4.2 – Compromisso de ação do Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV

Principais ações do Serviço de Orientação e Encaminhamento			
Técnicos de Orientação e de Encaminhamento	Adulto	Acolhimento	Apoiar no desenvolvimento da visão restrita de si próprio e do mundo Clarificação das expetativas Explicação do serviço de orientação
		Diagnóstico / Orientação	(Re)Conhecimento das suas potencialidades e fragilidades Visualização das alternativas disponíveis Construção do plano de desenvolvimento pessoal ou plano pessoal de qualificação
		Encaminhamento / Monitorização	Trabalho em rede, dinamização das parcerias para a realização do encaminhamento Plano de ALV (especialização / diversificação) Planeamento da monitorização do percurso a realizar

As ações referidas na fase de *Acolhimento* do Serviço: a clarificação das expetativas, o conhecimento de si próprio e do mundo, as alternativas existentes e a escolha adequada

e realista do percurso são herdadas da *Metodologia do Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento* (Almeida et al, 2008), realizada nos CNO pelos Técnicos de Orientação e de Encaminhamento mas, desta feita, como já foi largamente explanado, numa perspetiva de um processo continuado e acompanhado, enquanto projeto de vida. É acordado um Plano de ALV, sendo que o adulto fica ciente de que terá de voltar ao serviço de forma a poder concretizar esse plano, bem como, de se fazerem os ajustes necessários, pois a realidade, bem como, as suas necessidades mudam.

Estas fases do Serviço de Orientação e Encaminhamento poderão ser desenvolvidas junto da população menos escolarizada que recorre ao Centro de Emprego, aos Centros de Formação, aos Gabinetes de Inserção Profissional, às estruturas de inserção social e aos previstos CQEP no sentido de a apoiar na escolha mais acertada e de uma forma acompanhada monitorizar a jornada educativa de cada adulto.

Como sabemos, os percursos educativos e as necessidades da população são cada vez mais especializados e diversificados. Contudo, há um conjunto de competências, que conseguimos identificar, como as competências de literacia, que dependem das práticas que se puderam, ou não, desenvolver ao longo da vida, bem como, as meta competências, como por exemplo, a capacidade de *aprender a aprender* que serão essenciais enquanto base para o desenvolvimento das necessidades de cada adulto que usufrua do nosso serviço.

Consustanciámos, então, as seguintes etapas, expressas na Figura 4.3.

FIGURA 4.3 – Etapas do Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV

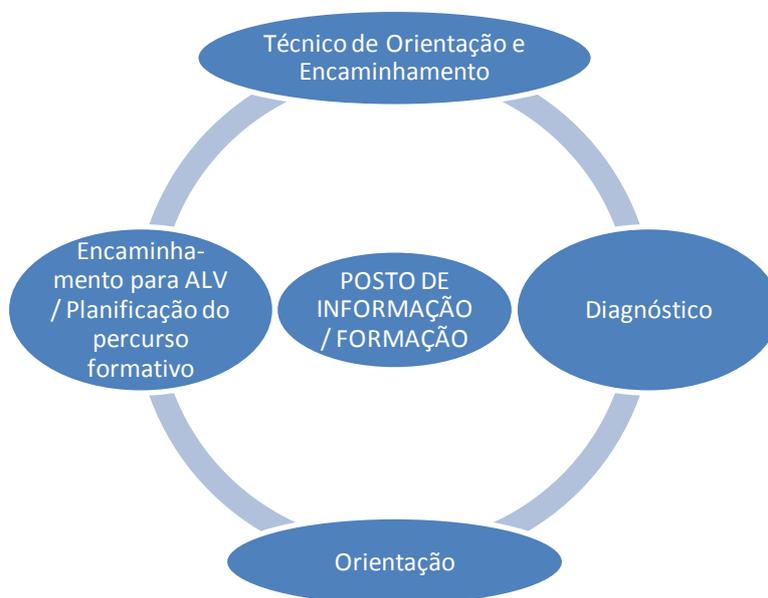
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA ALV	
1. Divulgação do Serviço (Técnicos de Orientação e Encaminhamento)	A divulgação é feita individualmente aos adultos que procurem formação ou recorram a estruturas de inserção e em sessões de esclarecimento para os parceiros
2. Diagnóstico de Necessidades	Identificação das potencialidades, conhecimentos, lacunas / diagnóstico das necessidades de formação dos adultos; diagnóstico das necessidades formativas; identificação das possibilidades de encaminhamento (utilização do Catálogo Nacional de Qualificações)
3. Orientação para ALV	Orientação / apresentação dos possíveis percursos formativos, tomando como base o diagnóstico das necessidades dos adultos
4. Encaminhamento	Encaminhamento ALV através do Plano de ALV
5. Acompanhamento	Elaborar e adaptar um projeto formativo integrado num projeto de vida, bem como, identificar as competências técnicas, pessoais e sociais em falta (perspetiva de orientação ao longo da vida)
6. Avaliação da Intervenção	Feed-back do adulto das vantagens reais da formação para a mobilização de competências (enquanto avaliação da intervenção); Benchmarking de boas práticas junto dos parceiros (enquanto avaliação do funcionamento e implementação do serviço)

Este projeto não terá um prazo limite, mas terá em atenção o seu primeiro ano de vida que servirá como base de intervenção avaliativa de forma a poder aplicar-se o plano de avaliação e de acompanhamento do projeto a que nos dedicaremos no capítulo seguinte.

Necessitamos por isso de Metas, para que se possa aferir se os objetivos estão a ser alcançados, ou seja, equacionamos a utilização do serviço para pelo menos 50% das pessoas que recorrem a uma estrutura de inserção. Número que poderá também ser utilizado para a meta a atingir relativamente ao retorno do adulto ao Serviço após a realização de cada formação para a qual tenha sido encaminhado. Tomamos como referência para o efeito, o número de 66515 adultos encaminhados para modalidades de qualificação no ano de 2010 pelos CNO.

A seguir apresenta-se um Fluxograma representativo do percurso de um adulto no Serviço de Orientação e Encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida.

FIGURA 4.4 – Fluxograma do percurso do adulto no Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV



O anterior Fluxograma assume a forma circular pois pretende constituir-se como um serviço a que se pode recorrer por diversas vezes ao longo da vida, pela referida necessidade constante de consolidação ou aquisição de competências, onde após a realização da formação para que se foi encaminhado, haverá necessidade de voltar ao lugar de onde se partiu tendo em vista a prossecução da jornada de aprendizagem.

No centro da Figura 4.4 colocou-se o Posto de Informação / Formação como o local onde se desenrola a ação, onde se poderá aceder ao público alvo do projeto. No topo do Fluxograma encontramos o Técnico de Orientação e Encaminhamento que, para além de ter como funções o conhecimento do adulto que deverá encaminhar, é aconselhável que conheça plenamente a realidade formativa da sua região e mantenha contacto com as entidades educativas e formativas dessa área. Dessa forma poderá proceder à elaboração do plano de formação, bem como, aos necessários ajustes que será, com certeza necessário realizar ao longo do tempo.

As fases do Fluxograma denominadas de Diagnóstico e de Orientação surgem em separado pois assumem-se como fundamentais na concretização dos objetivos do projeto, ou seja, o correto diagnóstico (conhecimento do adulto, das suas expectativas e necessidades) tanto no primeiro contacto com o serviço, como nos contactos posteriores, após a realização da formação para a qual tenha sido encaminhado, é que permitirá a correta Orientação e o desejado acompanhamento ao longo da vida.

4.5. Visão – das ameaças às oportunidades

“A educação não é uma preparação para a vida, mas é em si mesma uma vida.”

(Dewey, 1938)

A visão de fundo que estrutura este projeto é inspirada nesta citação de John Dewey que aponta para a necessidade de aprendizagem ao longo de toda a vida e não apenas numa fase preparatória. Para tal, desenhamos um processo que possibilita que os indivíduos continuem permanentemente o seu desenvolvimento através da sua educação, de uma forma orientada e realista.

Este conhecimento de cada indivíduo proporcionado pela utilização do reconhecimento biográfico, pela vantagem que proporciona em reconhecer as reais potencialidades ou fragilidades de cada pessoa, e que torna muito mais eficaz um encaminhamento orientado para a carreira e para processos de desenvolvimento de competências, proporcionando assim oportunidades de crescimento e de progresso pessoal contínuo e acompanhado.

Algumas das ameaças ao sucesso deste projeto poderão ser, desde já identificadas: dificuldades no funcionamento das parcerias; impossibilidade de encontrar a oferta formativa, educativa mais adequada a cada adulto; não adesão do público alvo; impedimento no alargamento do horário de funcionamento; contexto de crise económica restritivo de políticas públicas na área da educação de adultos.

Estas ameaças podem ser analisadas mais esquematicamente na Análise SWOT realizada na Figura 4.5.

FIGURA 4.5 - Análise SWOT

ANÁLISE SWOT			
Organização		Contexto	
Pontos Fortes	Centros de informação e formação já existentes	Oportunidades	População alvo sensibilizada para a ALV
	Estruturas de inserção disponíveis		Reconhecimento social da ALV
	Ofertas formativas existentes		Dinamização da ALV
	Experiência das equipas de educação e formação		Encaminhamento de acordo com as reais potencialidades ou necessidades dos adultos
	Perspetiva de continuidade dos CQEP		Possibilidade de encaminhamento para Certificação de adquiridos
Pontos Fracos	Crise económica	Ameaças	Necessidade de investimento privado
	Trabalho em rede		Lógicas de concorrência em detrimento de lógicas de complementaridade
	Financiamento		Custos da formação / serviço de orientação, encaminhamento
	Necessidade de dinamização das parcerias		Inovação / criatividade
	Privatização e sistema neo-liberal		Orientação e encaminhamento como produto e não como direito

Da análise SWOT realizada há alguns pontos importantes que importa sublinhar.

Relativamente aos pontos fortes é onde o projeto se apoia, nas estruturas de inserção já existentes, na diversidade da oferta formativa existente, na experiência dos profissionais da área e na perspetiva de continuidade dos CQEP. Estes pontos fortes traduzem-se nas seguintes oportunidades: população alvo sensibilizada para os processos de ALV, devido também ao crescente reconhecimento que esta tem dito nas sociedades atuais, das ofertas formativas existentes decorre a possibilidade de dinamizar a ALV, da experiência das equipas no terreno sucede uma maior capacidade de um encaminhamento de acordo com as reais necessidades e potencialidades do adulto; e pela previsibilidade de continuidade dos CQEP pela possibilidade que estes dão de se certificarem as competências adquiridas ao longo da vida como forma de encurtar percursos formativos.

Quanto aos pontos fracos, consubstanciam-se enquanto ameaças ao projeto e que procuraremos acautelar da seguinte forma: relativamente à crise económica em que nos

encontramos, e caso o investimento em políticas sociais não seja o desejado, poderemos taxar o nosso serviço, ou seja, o adulto poderia pagar um determinado valor para ter acesso ao serviço.

Por último, quanto às dificuldades que se poderão encontrar na procura de parceiros teremos de demonstrar as vantagens que lhes poderemos proporcionar, nomeadamente no aumento dos seus públicos e nas vantagens que poderão obter em consequência do correto encaminhamento, bem como, na divulgação das suas ofertas formativas, através de ações que correspondam às suas expectativas e competências, sendo necessário a sua participação e implicação no projeto.

4.6. Recursos do Projeto

Dada a necessidade de investimento na qualificação da população portuguesa, poder-se-ia propor que o trabalho de orientação e encaminhamento realizado nos futuros CQEP contemple as especificidades aqui propostas, podendo assim o Serviço de Orientação e Encaminhamento para a ALV funcionar em estruturas já existentes, sem haver necessidade de investimento por parte dos utilizadores particulares.

Relativamente ao valor total final poderá recorrer-se a um pedido de financiamento de fundos europeus através de uma candidatura ao *Lifelong Learning Programme* da União Europeia.

Assim, o orçamento para este projeto estará essencialmente dependente da orientação das políticas públicas nesta área nos próximos tempos e terá a ver, sobretudo, com o número de profissionais que venha a ser necessário contratar, o que depende da dimensão da rede e da possível cobertura nacional da mesma. Este processo deverá acontecer de uma forma faseada, de modo a possibilitar o ajustamento às avaliações que deverão acompanhá-lo.

CAPÍTULO 5. PLANO DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

A perspectiva de um Plano de Acompanhamento e de Avaliação do Projeto partirá da análise do relatório de atividades e respetiva avaliação do que foi executado. Será um momento fundamental de revisão e de aprofundamento do projeto e deve ser encarado como um momento, por excelência, de formação e reflexão coletivas para o conjunto dos parceiros.

O modelo de avaliação que se planeia aplicar procurará situar a ação de orientação e de encaminhamento no contexto da organização em que se vai enquadrar, em função da sua capacidade de produzir efeitos. Para tal, os dispositivos de auto avaliação, através da metodologia “*Common Assessment Framework*” (CAF) procurarão capitalizar a reflexão no conjunto da equipa de orientação e encaminhamento bem como dos parceiros sobre as suas próprias práticas, fragilidades e pontos fortes (Valente, 2012), sendo que o Serviço de Orientação e de Encaminhamento para a ALV terá neste projeto um papel de liderança proporcionando a visão e a estratégia necessárias à dinamização das parcerias e dos protocolos, tal como era prática corrente nos CNO.

Mais especificamente, este projeto deve ser acompanhado de sistemas organizados de reflexão crítica *on-going* (Guerra, 2010) no que se refere aos processos de divulgação, protocolos, adesão dos atores e resultados das intervenções, a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento do projeto. Esta avaliação interna poderá ser feita de um modo informal, através de um inquérito feito às equipas no terreno e aos adultos sobre a adequação, satisfação com o respetivo diagnóstico e encaminhamento.

Esta metodologia de avaliação *on-going* será complementada pela avaliação *ex-post* (Guerra, 2010) no final de um ano de projeto, pela necessidade de aferir os seus resultados, efeitos, eficácia, eficiência, enfim, a sua sustentabilidade.

CAPÍTULO 6. CONCLUSÃO

Com a implementação deste projeto de um serviço de orientação e de encaminhamento para a aprendizagem ao longo da vida pretende-se que, para além de todos os objetivos já enumerados, o conhecimento empírico contribua, de alguma forma, para incrementar o conhecimento teórico e, que este, por seu lado, tenha um papel importante na melhoria prática e quotidiana daquilo que se pretende que seja a expansão de um serviço que era parcialmente disponibilizado nos Centros Novas Oportunidades.

Com o Serviço de Orientação e Encaminhamento pretende-se o desenvolvimento de processos de orientação e encaminhamento para a ALV. Encontra-se aqui uma oportunidade de revisão do funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, ou seja, uma melhor adequação às necessidades de orientação dos adultos que, por iniciativa própria, autonomamente ou não, procuraram uma nova oportunidade e encontram, assim, um serviço personalizado que vai ao encontro das suas necessidades formativas, funcionando como um reforço dos mecanismos individuais de mobilidade e de equidade social.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que os adultos que detêm menores qualificações e maiores dificuldades na concretização de um percurso qualificante enfrentam nas suas vidas, uma dialética. Se por um lado, a experiência de vida na sociedade do conhecimento é propiciadora de novas e constantes aprendizagens, pela própria possibilidade de aquisição de competências não formais e informais, por outro lado, exclui aqueles que não o fazem e que não desenvolveram as competências de literacia e as *softskills*, que contemplam a esfera do desenvolvimento pessoal, cívico e cultural do indivíduo. Por essa razão, explorámos a INO como uma medida que pretendeu reduzir as desigualdades sociais entre, aqueles detentores de maior capacidade reflexiva para agir e autonomia para definir as suas necessidades de aprendizagem, e os outros possuidores de menores recursos e prementes carências em aumentar as suas competências e definir um percurso formativo.

Com este Trabalho de Projeto, ambiciona-se poder contribuir para o desenvolvimento de um serviço que possa proporcionar uma orientação e encaminhamento personalizado de acordo com as necessidades de cada indivíduo. Desenvolvendo, assim, a tal

capacidade reflexiva explanada no enquadramento teórico que permite uma ação para aprender a aprender ao longo da vida, constituindo-se como um serviço a que se deve recorrer ao longo da vida, no sentido de ampliar a visão restrita que cada adulto tenha de si próprio.

Um outro aspeto de fundamental importância e que representa também um pilar do desenvolvimento do Serviço de Orientação e Encaminhamento prende-se com a necessidade de dinamização do trabalho em rede, cooperativo entre as diferentes entidades e estruturas de inserção que acompanham os adultos nos seus processos educativos e formativos, bem como, em situações de desemprego ou de inserção na vida ativa.

Como pistas de futuros desenvolvimentos será importante complementar este projeto com o estudo das necessidades prospetivas do mercado de trabalho, bem como, com a possível necessidade de revisão de alguns dos programas curriculares de forma a adaptá-los às necessidades dos indivíduos, do tecido produtivo, do país.

CAPÍTULO 7. BIBLIOGRAFIA

Agência Nacional para a Qualificação (2009), *Briefing Iniciativa Novas Oportunidades – Eixo Adultos*, anq.gov.pt.

Almeida, João Ferreira (2003), “Contextos, regularidades e aprendizagens sustentáveis”, em AA.VV., *Cruzamento de Saberes. Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 195-206.

Almeida, Maryline et al. (2008), *Metodologia de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, Centros Novas Oportunidades*, Instituto de Orientação Profissional, ANQ, Lisboa.
http://www.avaliadores.anq.gov.pt/np4/?newsId=10&fileName=metodologia_cno.pdf

Ávila, Patrícia (2005), “Os contextos de literacia: percursos de vida, aprendizagem e competências-chave dos adultos pouco escolarizados” em *Revista da Faculdade de Letras, Sociologia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 307-337.

Ávila, Patrícia (2007), “Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento” em Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no contexto europeu, vol. II)*, Lisboa, Celta Editora, pp. 21-44.

Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos. Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.

Azevedo, Joaquim (2007), *Sistema Educativo Mundial: Ensaio sobre a regulação transnacional da educação*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia, pp. 7-46.

Benavente, Ana, et al (1995), *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, ICS.

Carneiro, Roberto, João Caraça e Maria Emília São Pedro (coords.) (2000). *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades*, Lisboa, Ministério da Educação.

Carneiro, Roberto (coord.) (2009), *Caderno Temático 3 – Estudos de Caso de Centros Novas Oportunidades*, Documento produzido no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Agência Nacional para a Qualificação, I.P. e a Universidade Católica Portuguesa para a “*Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades – Eixo Adultos*”, Lisboa, ANQ.

Carneiro, Roberto (2011), *Accreditation of Prior Learning as a lever for Lifelong Learning: lessons learnt from the New Opportunities Initiative*, Portugal, UNESCO.
http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/Accreditation_final.pdf

Castells, Manuel (2005), “A sociedade em rede” em Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Maria Gomes (coords.) (2005), *A sociedade em rede em Portugal*, Lisboa, Campo das Letras, pp. 19-29.

CEDEFOP (2006), *Melhorar as políticas e os sistemas de orientação ao longo da vida, utilização dos instrumentos de referência comuns europeus*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CEDEFOP (2010a), *2010 Update of the European Inventory on Validation of Non-formal and Informal Learning – Executive summary of Final Report*, EC, DGEC, GHK Consulting.

CEDEFOP (2010b), *European Inventory on Validation of Non-formal and Informal Learning 2010, Country Report: Portugal*, by Ana Luisa Pires, ECDG, GHK Consulting.

Comissão Europeia (2000), *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas, Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão.

Comissão Europeia (2001), *Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade*, Bruxelas.

Comissão Europeia (2006), *Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Quadro de Referência Europeu*, Bruxelas, Comissão Europeia.

Comissão Europeia (2010), *Comunicado de Bruges sobre o Reforço da Cooperação Europeia no Ensino e Formação Profissionais para o Período 2010-2020*, disponível em ec.europa.eu/education/lifelonglearningpolicy/vocational/bruges_pt.pdf, consultado em 21/03/2012.

Commission of the European Communities (2007), *Action Plan on Adult Learning. It is Always a Good Time to Learn*, Brussels, CEC.

Conselho Nacional de Educação (2011), *Estado da Educação, A Qualificação dos Portugueses*. Estado_da_Educacao_2011_web.pdf

Conselho Nacional de Educação (2012), *O Estado da Educação. Autonomia e Descentralização*. Estado_da_Educacao_2012_web.pdf

Costa, António Firmino da (2003), “Competências para a sociedade educativa: questões teóricas e resultados de investigação”, em AA.VV., *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, FCG, pp. 179-194.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, Patrícia Ávila (2007), *Sociedade e Conhecimento. Portugal no Contexto Europeu*, Vol. 2, Lisboa, CIES, Celta Editora.

Dewey, John (1938), *Expérience et education*, Paris, Armand Colin.

Diário da República, 1ª série – Nº 251 – 31 de Dezembro de 2007, Decreto-Lei nº 396/2007.

Diário da República, 1ª série – Nº 62 – 28 de março de 2013 (Portaria nº 135 – A/2013 de 28 de Março).

Enguita, Mariano Fernández (2001), “La educación y el cambio social” em *Educación en Tiempos Inciertos*, Madrid, Morata, pp. 13-23.

Field, John (2006), “Who is being left behind?” em *Lifelong Learning and the New Educational Order*, Staffordshire, Trentham Books, pp. 113-143.

Freire, João (2009), "Microestudo sociológico de um Centro Novas Oportunidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 59, Lisboa, CIES, ISCTE-IUL, Celta Editora, pp. 19-43.

Gomes, Maria do Carmo (2005) “Percurso de Literacia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 47, pp. 69-97.

Gomes, Maria do Carmo (coord.) (2006) *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário*, Lisboa, DGFV.

Gomes, Maria do Carmo e Francisca Simões (2007), *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*, Lisboa, ANQ.

Gomes, Maria do Carmo (2012), *Qualificar Adultos em Portugal: políticas públicas e dinâmicas sociais*, Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.

Guerra, Isabel (2010), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: o Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia.

INE (2012), *Aprendizagem ao Longo da Vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011*, Lisboa, INE.

Jornal Oficial da União Europeia, 20/12/2011, “Resolução do Conselho sobre uma agenda renovada no domínio da Educação de Adultos”, pp. C372/1-372/6. eur-lex.europa.eu, consultado em 21/02/2012.

Leitão, José Alberto (2002), *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Roteiro Estruturante*, Lisboa, ANEFA.

Milagre, Cristina et al (2011), “Guiding and counseling adults in Portugal: new opportunities for a qualification” in *Working and Ageing, Guidance and Counselling for mature learners*, CEDEFOP, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Pereira, Conceição (1996), “Uma proposta de avaliação de acções de formação”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, pp. 155-169.

Perrenoud, Philippe (2003), *Porquê construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades*, Porto, Edições Asa.

Pires, Ana Luísa de Oliveira (2005), *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e de Competências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT.

Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, London, Sage.

UNESCO (2009), *Global Report on Adult and Learning Education*. Hamburgo, UIL.

UNESCO (2011), *EFA Global Monitoring Report 2011. The hidden crises: Armed Conflict and Education*, UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

União Europeia, DGEAC (2010), *Going LLL New Opportunities to Learning*, Projeto Financiado no Âmbito do LLL Program. KA1 – EACEA/10/2010. Questões para discussão no Focus Group de 28/11/2011.

Valente, Ana Cláudia (2007), “Planeamento da educação e formação profissional: novas abordagens e metodologias de «antecipação»” em *Educação, Inovação e Desenvolvimento*. Textos da *Conferência Internacional Espaços de Educação, Tempos de Formação*, Lisboa, FCG, pp. 213-229.

Valente, Ana Cláudia et al. (2012), *Aprendizagem ao Longo da Vida: um desafio para comunidades educadoras – uma proposta de atuação*, Lisboa, ANQEP.

INFORMAÇÃO PESSOAL

Ana Filipa Guerra de Morais e Castro



📍 Rua Barata Feyo, 11, 1º Esq., 1750-468 Lisboa (Portugal)

☎ 917767334

✉ castro.anafilipa@gmail.com

Sexo Feminino | Data de nascimento 30/07/1975 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

9 Mai 08 – Presente

Formadora e Mediadora de Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e Aprendizagem (Jovens)

CENFIC - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, Av. Severiano Falcão, 2689-516 Prior Velho, Loures (Portugal)
www.cenfic.pt

Módulos de Cursos de Educação e Formação (Nível Básico e Secundário):

Desenvolvimento Pessoal e Social

Cidadania e Sociedade

Cidadania e Mundo Atual

Cidadania e Empregabilidade

Módulo de Organização Laboral

Módulo de Atendimento ao Cliente

Módulo Comunicação e Trabalho em Equipa

Tipo de empresa ou sector de actividade Educação

7 Mar 08 – Presente

Formadora Cursos Educação e Formação (CEF) Nível Pós-Secundário

CEPRA, Centro de Formação Profissional do Setor Automóvel, Loures (Portugal)
www.cepra.pt

Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações da Área-Chave de Cidadania e Empregabilidade e da Área-Chave de Cidadania e Profissionalidade <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/>

Tipo de empresa ou sector de actividade Educação

8 Mai 09 – Presente

Formadora

CEPRA, Centro de Formação Profissional do Setor Automóvel, Loures (Portugal)
www.cepra.pt

Formação Referencial de Competências-Chave de Nível Secundário de Cidadania e Profissionalidade aos formadores da Bolsa Externa de Formadores.

Tipo de empresa ou sector de actividade Educação

10 Set 07 – 31 Dez 12

Formadora de Reconhecimento e Validação de Competências de Nível Secundário

Centro Novas Oportunidades do CEPRA, Loures (Portugal)
www.cepra.pt

Desenvolvimento em equipa do projeto de funcionamento do processo de nível secundário e sua implementação.

Sessões de esclarecimento aos candidatos.

Entrevistas de encaminhamento.

Interpretação do Referencial de Competências - Chave e procura das suas relações internas.

Apoio no processo de reconhecimento, aferição da qualidade das provas produzidas e conceção e aplicação da formação complementar.

Seleção dos candidatos a levar a júri de certificação e cooperação com os outros profissionais do Centro RVC.

Apoio nas entrevistas de seleção da equipa formativa.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Educação

5 Set 09 – 4 Jun 10

Formadora

Global XXI, Lisboa (Portugal)
www.globalxxi.pt

Cidadania e Mundo Atual
Desenvolvimento Pessoal e Social

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Educação

1 Abr 07 – 9 Set 07

Profissional de RVCC Nível Básico

Estabelecimento Prisional de Lisboa - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça, R. S. Domingos de Benfica, 16, 1500-559 Lisboa, Lisboa (Portugal)
www.cpj.pt

Informar, aconselhar e acompanhar os candidatos na definição do seu percurso no Centro de RVC. Orientar o processo de Reconhecimento de Competências adquiridas.

Apoiar os candidatos na apresentação da candidatura ao processo de Validação.

Identificar as necessidades de Formação e identificar o desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e sociais dos adultos.

Interpretar o Referencial de Competências - Chave e procurar as suas relações internas.

Trabalhar em colaboração direta com os formadores e o avaliador externo.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Educação

5 Jan 06 – 8 Nov 07

Formadora Departamento Comercial

AIG Life, Av. da Liberdade, 36, 4º 1269-047 Lisboa, Lisboa (Portugal)
metlife.pt

Formação Técnicas de Venda e Negociação Comercial.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Seguros Ramo Vida

10 Set 05 – 26 Nov 05

Gestão e Formulação de Projetos

GEOIDEIA, Estudos de Organização do Território, Lda., Lisboa (Portugal)

Estudo sobre a população imigrante residente no concelho de Cascais - Câmara Municipal de Cascais, Divisão de Assuntos Sociais.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Atividades De Consultoria, Científicas, Técnicas E Similares

8 Abr 02 – 31 Dez 08

Consultora de Seguros Ramo Vida

AIG Life, Av. Liberdade, 36, 4º 1269-047 Lisboa, Lisboa (Portugal)
www.metlife.pt

Angariação, manutenção e dinamização de carteira de clientes.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Seguros Ramo Vida

26 Out 00 – 23 Out 02

Gerente

Restaurante Hell's Kitchen, Rua da Atalaia, 57, 1200-336 Lisboa, Lisboa (Portugal)

Controlo de stocks, verificação da qualidade, elaboração das ementas, atendimento a clientes e dinamização de atividades temáticas.

[Tipo de empresa ou sector de actividade](#) Atividades de Alojamento e de Restauração

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

19 de Setembro 2011 – 27 de Setembro 2013

Mestrado em Educação e Sociedade

Nível 7 QRQ

ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)

Formação teórico-prática que permite potenciar a reflexão e análise dos contextos educativos e de problematização dos problemas sociais que os atravessam bem como o aprofundamento de conhecimentos relativos aos procedimentos de pesquisa, ao planeamento e execução de políticas educativas nacionais, setoriais, locais e organizacionais.

Trabalho de Projeto Final: *Projeto de um serviço de orientação e encaminhamento para educação e formação ao longo da vida.*

10 Out 94 – 6 Jun 05

Licenciatura Pré-Bolonha em Sociologia

Nível 6 QRQ

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE., Lisboa (Portugal)

Sociologia da Educação, Reinserção Social, Políticas de Imigração.

4 Mai 10 – 29 Jun 10

Formadora de Educação para o Desenvolvimento

AIDGlobal - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global,

Abordagem das principais temáticas da Educação para o Desenvolvimento, desenvolvendo competências, conhecimentos, metodologias e ferramentas pedagógicas, através da educação não formal. Projetos de Educação para o Desenvolvimento.

21 Abr 07 – 14 Jul 07

Certificado de Aptidão Profissional Nº EDF 456526/2007

Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

Cem Por Cento Mais, Formação, Contabilidade, Estudos e Consultoria., Lisboa (Portugal)

Preparar sessões de formação de acordo com as características dos participantes. Desenvolver de uma forma eficaz os conteúdos das diferentes áreas temáticas e um programa de formação. Avaliar os resultados da aprendizagem, planificando e produzindo instrumentos de avaliação.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	C1	C1	B2	B2	B2
francês	B2	B2	B1	B1	B1

Níveis: A1/A2: Utilizador básico - B1/B2: utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação

Facilidade de integração em equipa, dinâmica e pró-activa. Capacidade de escuta ativa e atuação assertiva.

Competências de organização

Eficiente gestão do tempo e organização de trabalho em equipa.

Competências técnicas

Formação de jovens e de adultos. Realização de sessões de orientação profissional e/ou pedagógica. Elaboração de programa e conteúdos de formação para a Área Chave de Cidadania e Profissionalidade.

Competências informáticas A nível do utilizador, Word, Excel, Power Point, Internet e SPSS.
Plataforma eLearning.

Outras competências Apta a resolver com criatividade e profissionalismo situações profissionais complexas ou inesperadas.